

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

BARBARA IZADORA BUENO

**MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO:
revisão, atualização e análise crítica – 1979 a 2015**

São Luís
2015

BARBARA IZADORA BUENO

**MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO:
revisão, atualização e análise crítica – 1979 a 2015**

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA para o grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Tereza
Campos Marques

São Luís
2015

BARBARA IZADORA BUENO

**MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO:
revisão, atualização e análise crítica - 1979 A 2015**

Monografia apresentada junto ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: 15 / 12 /2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Marcia Tereza Campos Marques (Orientadora)
Doutora em Urbanismo
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Grete Soares Pflueger (Professora convidada)
Doutora em urbanismo

Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés (Engenheiro convidado)
Mestre em Desenvolvimento Urbano

José Antônio Viana Lopes (Arquiteto convidado)
Secretário Adjunto De Assuntos Metropolitanos

Bueno, Barbara Izadora.

Monumentos históricos do Maranhão: revisão, atualização e análise crítica – 1979 a 2015. / Barbara Izadora Bueno. - São Luís, 2015.

80 f.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a Marcia Tereza Campos Marques

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

1. Patrimônio. 2. Monumentos Históricos. 3. Arquitetura Colonial. I. Título.

CDU: 725

AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos ter concedido, através de sua bondade infinita, o potencial de concretizar mais uma conquista.

A minha orientadora, que com tanto carinho e dedicação, se fez sempre presente e que com sabedoria soube dirigir-me os passos e os pensamentos para o alcance de meus objetivos.

A meus pais, que estiveram presentes em todas as etapas de minha vida e que embarcaram junto a mim na busca pela história dos monumentos históricos de São Luis, acompanhando-me em todas as viagens.

A Phelipe Andrès, que gentilmente compartilhou suas histórias, experiência e conhecimentos, muito contribuindo para este trabalho.

A meu grupo de pesquisa: Brena Lindoso, Bruna Lima, Nathália Rocha, Raimundo Chaves e Sergio Acioly.

A Christian Dellon, por sua compreensão, solidariedade inefável e colaboração com a parte gráfica.

A Verônica Pires, por todo o carinho e por todos os ensinamentos que me foram passados, contribuindo não só em minha formação técnica como arquiteta, mas também, no desenvolvimento pessoal, tornando-me uma pessoa mais humana, justa e compreensiva com meus próprios erros.

A Leda Marisa Rodrigues e Ana Tereza Nunes, funcionárias do IPHAN.

A Anna Karla Almeida, por prestatividade em compartilhar seus conhecimentos e experiência referentes ao patrimônio de São Luis e a recursos gráficos.

A todos os mestres e amigos de verdade, que me ensinaram, incentivaram e ajudaram, direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

“Preservar um Patrimônio Histórico não é apenas manter de pé um passado mumificado, é, antes de tudo, conservar a cidadania de um povo”.

André Raboni

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetiva proceder com a revisão e atualização da parte referente aos monumentos arquitetônicos do livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979) incluindo uma reflexão a respeito deste e do livro São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem (2008), levando em consideração o contexto em que foram escritos. O trabalho possui como norte teórico a noção de monumento histórico (CHOAY, 2001); conceitos relacionados à preservação patrimonial (Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Cartas Patrimoniais) e a história do Maranhão (MARQUES, 1970 e livros supracitados).

Palavras-chave: Patrimônio. Monumentos Históricos. Arquitetura Colonial. História do Maranhão.

ABSTRACT

This dissertation proceed with the revision and updating of reference of the architectural monuments of the book “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) including a discussion about this and the book “São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem” (2008), considering the context in which they were written. The work is based on the concept of historical monument (CHOAY ,2001); concepts related to heritage preservation (Institute for National Artistic and Historical Heritage - IPHAN and Cartas Patrimoniais) and the history of Maranhão (MARQUES, 1970 and above books) .

Keywords: Heritage. Historical monuments. Colonial architecture. History of Maranhão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Casa onde Aluísio Azevedo escreveu "O Mulato" - 1979.....	29
Figura 2: Casa onde Aluísio Azevedo escreveu "O Mulato" 2015	30
Figura 3: Forte de Santo Antônio - 1979.....	31
Figura 4: Forte de Santo Antônio - 2015.....	32
Figura 5: Forte de Santo Antônio – 1979 e 2015 respectivamente	33
Figura 6: Igreja de São João - 1979.....	35
Figura 7: Igreja de São João - 2015.....	36
Figura 8: Igreja de São Joaquim - 1979.....	37
Figura 9: Igreja de São Joaquim – 2015	39
Figura 10: Quartel da Polícia Militar - 1979	40
Figura 11: Quartel da Polícia Militar - 2015	41
Figura 12: Solar dos Belfort - 1979	44
Figura 13: Solar dos Belfort - 2015	45
Figura 14: Solar dos Vasconcelos – 1979	46
Figura 15: Solar dos Vasconcelos - 2015	47
Figura 16: Capela das Mercês - 1979	50
Figura 17: Capela das Mercês - 1979	51
Figura 18: Casa de Câmara e Cadeia – 1979.....	53
Figura 19: Casa de Câmara e Cadeia - 2015	53
Figura 20: Fonte das Pedras - 1979	55
Figura 21: Fonte das Pedras - 2015	56
Figura 22: Passo da quaresma da Rua da Amargura - 1979.....	57
Figura 23: Passo da Quaresma da Rua da Amargura - 2015	58
Figura 24: Forte do Itapecuru - 1979.....	59
Figura 25: Forte do Itapecuru - 2015.....	61
Figura 26: Igreja Nossa Senhora do Rosário - 1979.....	63
Figura 27: Igreja Nossa Senhora do Rosário - 2015.....	64

LISTA DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

DAC – Departamento de Assuntos Culturais.

DPHAP – Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

PPRCH – Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico.

PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste.

SEPLAN-MA – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento do Maranhão.

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

ZTE – Zona de Tombamento Estadual.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PATRIMÔNIO E MONUMENTOS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	12
3 SÃO LUÍS – UMA LEITURA ATRAVÉS DO TEMPO	15
4 MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO – 1979	20
5 REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO “MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO” (1979).....	23
5.1 A construção da metodologia para a atualização	23
5.2 Análise crítica da visão patrimonial por meio do estudo das publicações: “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) e “São Luis: ilha do Maranhão e Alcântara – Guia de paisagem e arquitetura” (2008)	27
5.3 Pequena amostra da atualização	28
5.4 Monumentos históricos de São Luís	28
5.4.1 Casa onde Aluísio Azevedo escreveu “O mulato” (36 – 37)	28
5.4.2 Forte de Santo Antônio (110 – 111)	31
5.4.3 Igreja de São João (144 – 145)	34
5.4.4 Igreja de São Joaquim (142 – 143)	37
5.4.5 Quartel da Polícia Militar (80 – 81).....	39
5.4.6 Solar dos Belfort (34 – 35)	43
5.4.7 Solar dos Vasconcelos (16 – 17)	46
5.5 Monumentos históricos de Alcântara	48
5.5.1 Capela das Mercês (150)	49
5.5.2 Casa de Câmara e Cadeia (158 – 159).....	52
5.5.3 Fonte das Pedras (152 – 153)	55
5.5.4 Passo da Quaresma – Rua da Amargura (164 – 165).....	56
5.6 Monumentos históricos de Rosário	58
5.6.1 Forte do Itapecuru (186 – 187)	59
5.6.2 Igreja Nossa Senhora do Rosário (184 -185)	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	66
REFERÊNCIAS	72

1 INTRODUÇÃO

Todo patrimônio é herança do passado e parte importante do presente, responsável pela formação da nossa identidade e referência para o futuro. Segundo Choay (2010), define-se como patrimônio histórico todo e qualquer elemento, seja ele antigo ou recente, que represente nossa cultura, nossos valores e sentimentos, de alguma forma, por ser resultado da produção material e imaterial dos homens.

Nesse sentido, a proteção e conservação dos monumentos históricos, parte do grande acervo patrimonial, passa a tornar-se peça de fundamental importância para a sociedade atual e para as futuras gerações.

A proposta de atualização da parte referente à arquitetura do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979), surge a partir da vontade de colaborar para com a perpetuação da memória e da atual impossibilidade de tratamento imediato de todo o acervo patrimonial, que com sua austeridade monumental, arte e riqueza dos detalhes, têm muito a nos contar da cultura, lutas, ideais, sofrimentos, derrotas e vitórias dos nossos antepassados e justifica-se a escolha deste tema pela importância da existência da investigação e compilação dos dados históricos referentes aos monumentos, de forma a servir como bibliografia base para futuros pesquisadores, os quais entenderão como passado o nosso presente; entendendo que, para que haja a preservação e conservação de todo e qualquer patrimônio é necessário o estreitamento da relação cidadão/patrimônio a partir do conhecimento da história presente em cada monumento, seja ele histórico ou não, servindo o livro como meio facilitador de divulgação da mesma.

Para aprofundar o conhecimento e melhor compreender o contexto em que o livro foi produzido, faz-se também uma introdução sobre os conceitos básicos referentes ao patrimônio, discussões das questões patrimoniais no âmbito internacional, nacional e local e uma breve análise sobre a evolução do pensamento preservacionista em São Luís por meio da comparação de duas publicações referentes ao patrimônio do Maranhão escritas em épocas distintas: os livros “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) e “São Luis – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de arquitetura e paisagem” (2008).

O trabalho apresentado a seguir foi iniciado com revisão bibliográfica para conceituação e entendimento da evolução histórica e conceitos relacionados ao patrimônio. Em consequente, desenvolveu-se metodologia para elaboração da pesquisa referente à revisão e complementação do livro a ser atualizado, constando basicamente de três etapas: pesquisa

bibliográfica (que contou com a participação de grupo de alunos voluntários do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA), produção cartográfica, produção de material fotográfico, análise do estado de conservação dos imóveis e diagramação do livro¹ atualizado.

Esta monografia encontra-se dividida em 8 capítulos. A “Introdução” é o primeiro, seguido do segundo capítulo “Patrimônio e monumentos: conceitos fundamentais” onde procura-se introduzir a evolução históricas, conceitos e teóricos que servirão como fundamentação para o desenvolvimento do trabalho. No terceiro capítulo, “São Luis – Uma leitura através do tempo” apresenta-se um breve histórico da cidade desde a sua fundação até os dias atuais, contemplando a evolução do pensamento preservacionista no contexto local.

O quarto capítulo, “Monumentos Históricos do Maranhão – 1979” busca apresentar o contexto em que o livro foi escrito e aspectos considerados para a sua produção baseando-se em conversa com Luiz Phelipe Andrés, coordenador geral do projeto, e no livro “Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade”, de sua autoria.

No quinto capítulo, “Análise da visão patrimonial baseada no estudo dos livros: “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) e “São Luis – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de arquitetura e paisagem” (2008), faz-se uma breve análise a cerca da evolução do pensamento preservacionista na cidade de São Luis baseando-se na forma de organização, escolha de conteúdo e exposição dos dados das referidas publicações.

“A construção da metodologia”, sexto capítulo, expõe os caminhos utilizados e o processo metodológico utilizado para atualização do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979).

No sétimo capítulo, “Pequena amostra da atualização” faz-se a exposição de parte do material complementado durante a pesquisa, contendo 7 exemplares da cidade de São Luis, 4 de Alcântara e 2 de Rosário, de um total de 82 monumentos estudados, apresentando aqueles com maior alteração física e estrutural ao longo dos anos.

Por fim, no último capítulo, as considerações finais e sugestões acerca da realidade verificada no que diz respeito aos monumentos, questões patrimoniais, dificuldades encontradas, estado de conservação do acervo e relação cidadão/patrimônio nas cidades estudadas.

Assim, espera-se com este trabalho, estar dando uma parcela, ainda que pequena, de contribuição para esta, que é uma de nossas maiores riquezas; o acervo patrimonial do Maranhão.

¹ Utilizou-se o termo livro, pois o produto deste TCC é um livro que apresenta a revisão e atualização do livro Monumentos Históricos do Maranhão.

2 PATRIMÔNIO E MONUMENTOS: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Define-se como patrimônio histórico todo e qualquer elemento, seja ele antigo ou recente, que represente nossa cultura, nossos valores e sentimentos, de alguma forma, por ser resultado da produção material e imaterial dos homens (CHOAY, 2010). Sendo, portanto importantes peças a serem conservadas, por representarem parte de uma cultura e modo de vida de uma época. Apesar de amplamente discutida atualmente, a questão da preservação patrimonial surge muito recentemente, na segunda metade do século XX, principalmente nos grandes encontros mundiais, os quais tinham como resultado, diretrizes acerca da relação cidade/patrimônio e cidadão/patrimônio redigidos em cartas – as Cartas Patrimoniais.

As cartas internacionais contemplam amplas questões acerca da preservação e restauração do patrimônio mundial, como na Carta de Veneza a qual apresenta pela primeira vez a palavra “patrimônio” como termo a ser discutido e compreendido profundamente, evidenciando a preocupação da população que começava a ter a compreensão da importância do passado para a construção do futuro e dispõe-se a preservá-lo para as futuras gerações:

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo, perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma, o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade”.

(CARTA DE VENEZA - 1964)

Dentre as diversas categorias existentes do conceito de patrimônio histórico, faz-se a opção de trabalhar com o grupo que está em contato constante com a vida de todos: o patrimônio edificado, mais propriamente dito com os monumentos históricos.

Primeiramente, o que se entende por monumento (?). A origem do termo deriva do latim *monumentum*, que significa advertir, recordar, o que remete à memória. Para Riegl (1903), no senso mais original do termo, monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Portanto, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo.

Segundo Choay (2010), chamar-se-á monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Já cientes do conceito de monumento, cabe agora compreender a sua diferença para com os monumentos históricos. O primeiro tem por finalidade trazer para o presente, um passado antes esquecido, o segundo, por sua vez, mantém uma relação diferente referente a tempo e memória. Por estar inserido em um local imutável, sendo parte constituinte de um conjunto carregado de memória, este exige, no âmbito da sua lógica e, pelo menos em teoria, uma conservação incondicional (CHOAY, 2010).

Os monumentos históricos não devem ser impostos ou selecionados apenas por qualidades estéticas, mas sim, eleitos pela população, na medida em que possam contribuir para a preservação e conseqüente propagação das memórias.

No século XIX, surge na França uma visão idealizada dos monumentos históricos, a qual foi apoiada jurídica e institucionalmente pela primeira vez por motivação de ideias do Iluminismo e com o objetivo de impedir o vandalismo que em alguns períodos acompanhou a Revolução Francesa.

O marco da preocupação francesa com os monumentos históricos pode ser situado em 1837, quando prédios remanescentes da antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos passaram a ser estudados pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos.

Ainda no contexto europeu no séc. XIX faz-se necessário mencionar os efeitos da industrialização em suas cidades, que acarretou profundas modificações negativas em sua organização urbana, social e arquitetônica – com formas retas, fáceis de produzir em grande escala (ANDRÈS, 2012). Estes fatores acabaram levando à reflexão dos europeus para as modificações que a modernidade estava causando em sua cidade e, paradoxalmente, voltaram seus olhares para o passado, para os núcleos urbanos originais.

No entanto, somente após a Segunda Guerra Mundial, é que a política internacional de preservação se propôs a unificar conceitos e critérios comuns na defesa do patrimônio, dadas as necessidades de recuperação das edificações comprometidas durante a guerra.

A primeira Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos realizou-se em Atenas em 1931 (apenas com europeus) e teve como resultado a elaboração da “Carta de Atenas” que passou a constituir um marco na definição de diretrizes para a questão de reconstrução de edificações deterioradas. Quarenta e oito anos mais tarde, oitenta países, pertencentes aos cinco continentes tinham assinado a Convenção do Patrimônio Mundial.

No Brasil, a necessidade de se preservar o patrimônio histórico-arquitetônico se intensifica somente na década de 1910, evoluindo com o movimento de valorização da cultura nacional e propostas de proteção de bens culturais, antecedendo a Semana de Arte Moderna;

quando, em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional.

Ao longo dos anos, com os diversos encontros, congressos e discussões, a forma de observação e preservação do patrimônio passou por um complexo amadurecimento. A princípio, tem-se como foco de preservação apenas os monumentos históricos, bens imóveis estudados de forma isolada, segundo Choay (2010), um dos fatores que pode ter ocasionado a esta forma de entendimento relaciona-se com a dificuldade de cartografias que facilitassem o entendimento do conjunto.

Em 1964, com a “Carta de Veneza”, passa-se a compreender que o bem imóvel relaciona-se com o meio em que está inserido, e o conceito de patrimônio passa a englobar também os “Sítios Urbanos”, sejam eles urbanos ou rurais.

Em 1988, a Constituição Federal trouxe consigo a ampliação no conceito de patrimônio cultural, passando a reconhecer a existência de bens de natureza material (móveis e imóveis) e imaterial, contemplando os hábitos, modos de fazer, viver e manifestações culturais da população, certos de que estes, transmitidos de geração a geração e recriados com o passar do tempo, são responsáveis por criar um sentimento de identidade e promovendo a diversidade cultural.

Nela também constavam novas formas de preservação e proteção – além do tombamento, adequado principalmente à proteção de imóveis, paisagens e conjuntos urbanos – para que possam adequar-se às novas compreensões, tal como o registro e o inventário, as quais são utilizadas até os dias atuais.

A partir de 1992, a UNESCO passa a adotar o conceito de paisagem cultural como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais. Por fim, como um dos últimos acréscimos no que concerne a legislação direcionada à preservação patrimonial; em 2009, em consonância com a UNESCO, o IPHAN regulamentou a paisagem cultural como instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

3 SÃO LUÍS – UMA LEITURA ATRAVÉS DO TEMPO

São Luis, a capital do Maranhão, traz consigo desde os primórdios de sua história, uma grande riqueza cultural oriunda da diversidade de povos que por ela lutaram.

Segundo Claude d'Abbeville (2008), no princípio a ilha de Upaon-açu, ou ilha grande, era ocupada por índios Tupinambás até que, em 26 de julho de 1612, sob o comando do tenente general Daniel de La Touche, Sieur de La Ravardière, uma expedição francesa aqui aportou com a intenção de fundar uma nova colônia, tendo como primeiras providências: a construção do Forte Saint Louis – assim nomeado em homenagem ao Rei-Menino Luís XIII – e transmissão dos ensinamentos religiosos e noções de trabalho aos nativos, tornando-os aliados.

No ano de 1614, foi ordenado pelo Governador Geral do Brasil que uma expedição militar, sob o comando do português Jerônimo de Albuquerque, saísse de Pernambuco com destino a São Luis para que dela expulsasse os franceses (MARQUES, 1870:43). Foi então que, na grande Batalha Guaxenduba os portugueses guerrearam e venceram os franceses e seus aliados indígenas.

Foi Portugal o grande responsável pela maior herança arquitetônica e urbanística da cidade, pois foi a mando de Jerônimo de Albuquerque, primeiro governador do Maranhão, que o engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita criou o plano de arruamento da cidade, o qual foi desenvolvido sobre malha ortogonal, simétrica, com ordenação racional dos espaços públicos e sem hierarquização ou distinção funcional das ruas (VIVEIROS, 1954). Seu traçado, por ser orientado de acordo com os pontos cardeais, favorecia a insolação e ventilação uniformes de todas as edificações. Os prédios, pensados para se adaptarem ao clima, possuíam arquitetura rica em detalhes, revestimento feito com azulejos importados principalmente de Portugal – o que lhe confere o título de “Cidade dos Azulejos” – e plantas em forma de “L” ou “U” (principalmente).

Entretanto, apesar da aparente estabilidade, as disputas ainda não haviam cessado. Em 1641, objetivando retomar sua hegemonia de distribuidores de açúcar na Europa e explorar as riquezas da colônia, os holandeses invadiram a ilha, deixando a cidade quase totalmente deserta e sua economia abalada. Ao longo de três anos os portugueses resistiram bravamente e apesar da destruição, obtiveram êxito no ano de 1644, expulsando os povos inimigos (MORAES, 1995).

Ao contrário das expectativas geradas durante as conquistas dos povos holandeses e franceses, o Maranhão passou então por um longo período de estagnação econômica, que perdurou até a metade do século XVIII e refletiu diretamente em São Luis (capital) e em Alcântara, que não apresentavam expressividade alguma na arquitetura urbana (ANDRÈS, 2012).

No ano de 1654, a grandiosa porção do Meio Norte do Brasil passa a denominar-se Estado do Maranhão e Grão-Pará, que alternou São Luis e Belém como suas capitais ao longo de sua existência. Este fato, aliado com a estreita comunicação da antiga capitania do Maranhão com a Europa, contribuíram para, ainda que lentamente, fossem direcionados investimentos para melhorias urbanas em São Luis.

Em 1775, o Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, promove a unificação dos dois estados e instala uma série de medidas que viriam interferir positivamente na realidade econômica do Maranhão, tal como a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o aumento significativo da atividade escravocrata, ambas financiadas com recursos públicos e de grandes comerciantes portugueses.

Segundo ANDRÈS (2012), foi concedida a Companhia o monopólio do abastecimento e o direito exclusivo do comércio com a metrópole, da navegação e do tráfico de escravos. Recebia também instalações para seu funcionamento e dispunha de privilégios de nobreza para seus acionistas, sendo todas estas benfeitorias advindas do poder público.

O lucro obtido com as exportações, possibilitado e ampliado pela grande quantidade de trabalho escravo, tornou o Maranhão um grande armazenador de riquezas. São Luis então se desenvolveu e modernizou-se, chegando a ser uma das cidades mais importantes do Brasil no âmbito econômico e intelectual, tornando-se então a “Atenas brasileira”, inspiração literária, berço e residência para poetas, prosadores, romancistas, teatrólogos e historiadores; terra de Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Antônio Henrique Leal e tantos outros, os quais têm suas estátuas e seus bustos, erguidos venerandos, e seus nomes em praças e avenidas até os dias atuais.

A cidade cresceu muito além da área do entorno do forte e em 1965, com a construção da ponte José Sarney, permitiu-se o surgimento de novos bairros como São Francisco, Ponta D’areia e Renascença, com características arquitetônicas e urbanísticas bem diferentes, transformando a “cidade antiga” em centro-histórico.

O conjunto do Centro Histórico de São Luis passa, a partir de 1940, por um lento processo de tombamentos desenvolvidos pelo mesmo órgão. Este, na maioria das vezes

priorizava o monumento isolado levando em conta sua relação direta com a história brasileira – principalmente no que diz respeito ao período colonial e à influência luso-brasileira – predominando o valor artístico e estético do monumento. O tombamento de conjuntos urbanos só começa a ser realizado após a publicação da “Carta de Veneza” (1964), que traz a evolução do conceito de “monumento histórico”, o qual passa a compreender tanto a criação arquitetônica isolada quanto o sítio, seja ele urbano ou rural.

Os primeiros sítios urbanos tombados em São Luis fora: os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos da Praça Benedito Leite e da Praça João Francisco Lisboa, o conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Desterro, e o acervo arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias.

Entretanto, ainda da existência dos tombamentos, o conjunto arquitetônico continuava sem receber a devida atenção, caminhando aos poucos para o arruinamento. A necessidade de intervenções urbanísticas e a percepção da importância da preservação do patrimônio de São Luis destacam-se somente no final da década de 1970, durante o governo de João Castelo, que tinha como uma de suas metas a preservação do Centro Histórico de São Luis.

No ano de 1974, criou-se pela União, um grande perímetro de proteção, uma área de 60 hectares que compunha-se dos conjuntos urbanos já tombados e incluía os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, sob a denominação de Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luis.

Em 1976, passa a funcionar em São Luis a 3ª Diretoria Regional do IPHAN, apontando a atenção nacional para o patrimônio de São Luis. Dez anos depois, através do Decreto Estadual nº. 10.089, foi promulgado o tombamento de uma área de aproximadamente 160 hectares, englobando a área já tombada anteriormente pela União e criando a Zona de Tombamento Estadual (ZTE), assegurando-se assim estabelecer maiores condições de intervenção ordenada e proteção aos bens culturais inseridos tanto no perímetro estadual, quanto no perímetro de tombamento federal por meio de medidas de proteção descritas na legislação.

Foi então que, em outubro de 1979, o Governo do Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento do Maranhão (SEPLAN-MA), promoveu o “I Encontro Nacional da Praia Grande”. Realizado em São Luis, contou com a participação de 32 especialistas de vários estados do Brasil e apresentou como resultado o compromisso da SEPLAN em promover a elaboração de um programa de preservação do Centro Histórico. Foi também após este encontro que tiveram início as reuniões para traçar as

recomendações para a formulação de políticas públicas específicas para a preservação do patrimônio tombado, como por exemplo, a necessidade de criação de um grupo de trabalho e uma comissão para desenvolver e implantar o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico – PPRCH (ANDRÈS, 2012).

O PPRCH previu uma série de intervenções no centro histórico de São Luís, que foram realizadas em seis etapas. Na primeira, foram realizados debates para a montagem da equipe técnica e iniciadas as intervenções urbanísticas no sítio histórico, as quais se concentraram principalmente no perímetro da Praia Grande, área escolhida por apresentar pior estado de conservação dada a grande quantidade de casarões abandonados por seus donos após a falência das navegações e dos negócios de importação e exportação, e utilização desta área para atividades marginais.

A segunda etapa transcorre durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha (1983-1987), que deu continuidade às obras, porém, com diminuto ritmo por conta da ausência de recursos, fato que agravou o estado de conservação do acervo. De certa forma o período de estagnação das obras teve boas consequências, pois, a equipe tratou de concentrar-se assim em realizar um programa de estudos, pesquisas e elaboração de projetos.

No período de 1987 à 1991, realizou-se a terceira etapa do programa. Epiácio Cafeteira, então governador do Maranhão, encantado pelos projetos elaborados e resultados já obtidos, anunciou seu apoio em colocar as ideias em prática. O programa passa a chamar-se “Projeto REVIVER” e, nesta época, foram realizadas algumas das obras mais significativas do projeto tal como:

- Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme a documentação fotográfica do final do séc. XIX;
- Restauração de becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos;
- Construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia (...);
- Criação de vias exclusivas de pedestres e estacionamento periférico (...)

(ANDRÈS, 2012:100)

Na quarta etapa (1991 a 1995), destaca-se a implantação do Projeto Piloto de Habitação no Centro Histórico, que restaurou um sobrado em ruínas e transformado em cortiço de forma apresentar boas condições para abrigar 10 famílias, entre elas algumas que já ali moravam.

A quinta etapa, ocorrida de 1995 a 2002, configurou-se pela maior quantidade maior quantidade de obras e maior volume de investimentos, visto que, além de possuir o apoio do governador do Estado (reeleito), foi pela primeira vez financiada por recursos do Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR).

Ainda das intervenções realizadas no centro histórico, a promessa da modernidade, a atração pelo novo e a expansão da cidade, levaram os moradores do centro começaram a migrar em busca de novos locais de moradia além-ponte. Passou-se então por um processo de adaptação na tentativa de implantação de projeto de habitações sociais e diversas restaurações. No ano de 1995, foram intensificadas as obras de requalificação objetivando apresentar a cidade como aspirante ao título de Patrimônio da Humanidade, despertando neste momento, o interesse de financiadores que passaram a ver o centro da cidade como potencial de fonte de renda e turismo. O empenho foi reconhecido e, em 1997, o título foi concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Por fim, na sexta etapa (2002 – 2006), foram concluídos os projetos, contando com restauração e adaptação de quatro imóveis para o projeto de habitação social, obras de estabilização e instalação de cinco escolas.

O projeto REVIVER foi a última grande intervenção no que diz respeito ao conjunto urbano do centro histórico de São Luis, desde então, são realizadas apenas obras de manutenção e restauro isolados, recuperando casarões, praças e monumentos importantes.

No ano de 2013, com a criação do PAC das cidades históricas, iniciou-se uma nova etapa de obras em prédios históricos do centro de São Luis – ainda tendo a Praia Grande e entorno como enfoque principal – os quais, por meio de recursos do programa, são restaurados e adaptados a novos usos, em sua maioria, instituições públicas.

4 MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO – 1979

O livro, ora atualizado, é objeto de grande importância no que concerne a literatura maranhense. Considerado o primeiro inventário do patrimônio do Maranhão, serve de referência à grande maioria de documentos e livros sobre este assunto posteriores ao ano de sua publicação.

Publicado em 1979, período em que o Brasil encontrava-se sob ditadura militar, foi promovido pelo projeto RONDON, programa criado em 1967, pelo governo federal que, tendo em vista manter sob controle as mentes dos jovens brasileiros, promovia atividades de extensão universitária com o lema: “integrar para não entregar”. Em São Luis, a proposta de aplicação do projeto era inovadora, tinha-se a intenção de criar um livro que pudesse contar a história da cidade e de alguns de seus importantes imóveis de forma correta, visto que as informações passadas aos turistas e moradores muitas vezes continha dados equivocados.

A ideia inicial era de bom tom, tinha-se uma equipe multidisciplinar com funções referentes às suas especialidades: alunos do curso de letras, para redigirem os textos; de história, para a pesquisa histórica e de engenharia civil para análise de estado de conservação e de elementos dos imóveis, visto que na cidade de São Luis ainda não havia curso de arquitetura. Integravam ainda a equipe, alunos e profissionais das áreas de comunicação social, direito e desenho industrial.

Para o desenvolvimento das atividades, propunha-se que os pesquisadores se reunissem nos finais de semana para que, juntos, pudessem fazer pesquisa de campo em órgãos responsáveis e nos locais estudado, arrecadando e organizando as informações necessárias. Assim, a equipe começou a desenvolver os trabalhos tendo como guia de pesquisa uma ficha contendo diversas perguntas a respeito das informações que se desejava arrecadar.

Entretanto, como era a primeira experiência dos jovens com esta forma de trabalho, tinham muita dificuldade no preenchimento destas e a pesquisa não progredia como o esperado. Outra grande dificuldade enfrentada dizia respeito ao horário de funcionamento dos órgãos proprietários das documentações a serem pesquisadas, os quais, em sua maioria não funcionavam nos finais de semana, dificultando o acesso às informações para o grupo.

Após período de experimentação da pesquisa, um de seus voluntários, Luiz Phelipe Andrés, engenheiro recém-chegado à cidade de São Luis, toma a frente da coordenação da pesquisa e dá novos rumos ao projeto. Como primeira iniciativa, passa a tomar como base

análise dos imóveis as fichas cedidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e juntamente com os alunos passam a estudar os elementos arquitetônicos para que pudessem fazer a correta avaliação e descrição; outra orientação valiosa foi a inclusão das referências bibliográficas ao fim do texto de cada monumento, dando maior prestígio às informações divulgadas.

Porém o aspecto do horário de pesquisa ainda era um grande problema. Assim, após certo tempo, para melhor desempenho do trabalho, recrutou-se uma equipe de profissionais formados para que tivessem dedicação exclusiva à pesquisa e juntamente com os estudantes, concluíssem o livro de forma satisfatória.

Diante de um universo de milhares de imóveis, era tarefa difícil selecionar aqueles que seriam inclusos no livro. Seguindo o pensamento referente à época de sua elaboração, onde o patrimônio era entendido de forma isolada, iniciou-se a pesquisa pelas igrejas, edificações relacionadas diretamente com a época da colonização e catequização das cidades e, muitas das vezes responsáveis por seu traçado urbano e, em seguida, foram selecionados os monumentos que, de alguma forma relacionavam-se a personagens ilustres da história do Maranhão.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e das visitas às igrejas, percebeu-se que havia também um rico acervo de arte sacra com obras, que, assim como os nossos imóveis, também possuíam diversas nacionalidades, inclusive de artistas maranhenses embutidas em seus traços. Assim, tendo em vista tamanha importância, optou-se por incluir também no livro uma parte referente às artes sacras do Maranhão.

A esta altura, o projeto, que antes almejava ser uma atividade extracurricular a ser realizada por estudantes nos finais de semana, tomou tamanha proporção e de tal qualidade que se tornou uma grande organização, a qual se instalava em uma das salas do palacete do canto da viração, em sala cedida pela UFMA, para desenvolver suas atividades, tendo inclusive seu prazo aumentado para que todos os novos objetivos fossem concluídos.

A insuficiência e dificuldade de acesso às informações sobre as cidades levaram Phelipe Andrés a realizar diversas viagens ao Rio de Janeiro a fim de buscar documentos que pudessem subsidiar a pesquisa, trazendo-os para São Luis para que junto com sua equipe pudesse estudá-los com afinco.

Tamanha era a repercussão do projeto, que começaram a ser alvo de sabotadores, os quais, temendo perder sua fama para o grupo, invadiam a sede e destruíam os documentos arquivados, dificultando ainda mais o prosseguimento do trabalho.

Ainda assim, apesar de todos os obstáculos enfrentados, concluiu-se o livro com excelência. O mesmo é composto por duas partes: na primeira, apresentam-se os dados tipológicos, cronológicos, intervenções realizadas e estado de conservação de 82 monumentos distribuídos nas cidades de São Luis, Alcântara e Rosário e, na segunda, parte do acervo de arte sacras do Maranhão. Sua diagramação é inovadora para a época, pois opta-se por colocar sempre uma grande imagem em destaque na página que segue o texto, diferentemente do que costumava-se fazer, onde colocava-se grande quantidade de imagens de menor tamanho que não davam destaque ao que realmente se queria apresentar.

O livro contou com a participação de pessoas que viriam a ser importantes personalidades Maranhenses. Edgar Rocha, autor do projeto gráfico, tornou-se um dos mais renomados fotógrafos do Maranhão e autor de diversos trabalhos referentes ao patrimônio histórico; Luiz Phelipe Andrès, coordenador da pesquisa, foi dentre outros cargos, coordenador geral do Programa de Preservação do Centro Histórico de São Luís, membro do Conselho Estadual de Cultura do Maranhão, Coordenador Geral do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, criador do Projeto Estaleiro Escola e hoje ocupa a 23 cadeira da Academia Maranhense de Letras.

Jomar Moraes, diretor do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE) e responsável pelo estabelecimento de textos e revisão do livro, foi responsável pela revisão e atualização do livro “Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão” de César Marques. Dentre outros cargos foi: diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura, diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão, diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Maranhão (DAC–UFMA), secretário de Estado da Cultura do Estado do Maranhão e hoje ocupa a 37ª cadeira da academia maranhense de letras.

Publicado em 1979, teve como maior referência bibliográfica o livro “Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão” publicado em 1970 e escrito por César Marques. Dada sua clareza e a forma como as informações são disponibilizadas no livro, até os dias atuais é utilizado como uma das principais referências bibliográficas relacionadas ao patrimônio histórico do Maranhão.

5 REVISÃO, ATUALIZAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO LIVRO “MONUMENTOS HISTÓRICOS DO MARANHÃO” (1979)

5.1 A construção da metodologia para a atualização

O desafio inicial para qualquer pesquisa que se almeje fazer na área do patrimônio de São Luis, inicia-se com a grande dificuldade de encontrar dados, visto que se encontram dispersos ou sob o poder de órgãos onde a burocracia impede ou pelo menos dificulta o acesso do público comum aos mesmos. Assim, dado o curto prazo para o alcance da meta – atualização da parte referente aos monumentos arquitetônicos do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” – foram necessárias diversas estratégias, de forma a driblar as dificuldades e alcançar um resultado satisfatório.

a) Pesquisa bibliográfica:

Tendo em vista a dificuldade acima mencionada e a consciência da grande quantidade de informações a serem arrecadadas, criou-se um grupo de pesquisa com alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) a fim de agilizar o processo. O grupo inicial deveria compor-se por 10 integrantes voluntários, entretanto, optou-se por reduzir a apenas cinco, quantidade comportada pelas instituições a serem visitadas.

Optou-se por iniciar o projeto de pesquisa (ver apêndice A) pelo acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão (IPHAN) – pois a maior parte dos monumentos estudados encontra-se sob sua proteção – durante o mês de julho, férias da UEMA, no turno vespertino, entretanto, o processo burocrático para aprovação de pesquisa perdurou por mais de um mês, obrigando à modificação do cronograma.

As pesquisas começaram a desenvolver-se apenas no dia 24 de agosto. Como o período letivo já havia iniciado mudou-se o horário para o turno matutino, de forma a manter o mesmo grupo já selecionado, pois assim poderiam conciliar o horário de aulas ao da pesquisa. Foram participantes da pesquisa os alunos: Brena Lindoso, Bruna Lima, Nathália Rocha, Raimundo Chaves e Sergio Acioly, todos alunos do 1º e 2º período do curso de Arquitetura e Urbanismo – UEMA.

Esta primeira etapa aconteceu em um período de cinco dias, onde definiu-se que cada pesquisador deveria entregar ao final do projeto 10 monumentos. A investigação consistiu na análise dos processos, livros e recortes de jornais que contivessem informações a respeito dos imóveis estudados. Ao longo deste período, os alunos eram orientados quanto à forma de

organização dos dados, correta elaboração de referências bibliográficas e métodos de documentação para pesquisa histórica.

É relevante citar que, apesar de constar no projeto de pesquisa que o intervalo para a investigação das informações compreendia 1979 a 2015, acabou-se por documentar toda a história dos imóveis, desde sua edificação, pois durante a pesquisa foram encontradas informações que não estavam contidas no livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979), mas que julgou-se importante acrescentá-las.

Como resultado desta intensa semana de pesquisa, arrecadaram-se informações de 65 monumentos abordados no livro e os alunos, que já demonstravam interesse pelo patrimônio histórico, concluíram o projeto ainda mais encantados e interessados em estudá-lo, estes receberam ainda declaração de participação com carga horária de 30 horas.

A arrecadação de informações nos próprios imóveis estudados e nos demais órgãos possuidores de documentos referentes ao patrimônio, tal como: Biblioteca Pública Benedito Leite, Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP) e Arquivo Público, teve que ser feita sem a colaboração do grupo de pesquisa por incompatibilidade de horários.

Todo o processo de pesquisa bibliográfica inicial perdurou por três meses e ao longo do desenvolvimento do projeto. Com o advento da internet, complementou-se as informações com acesso a documentos de bancos de dados de jornais, bibliotecas digitais, documentos jurídicos e dados do IBGE.

b) Cartografia:

O processo de desenvolvimento de cartografia para a pesquisa deu-se em duas etapas. Inicialmente, com o auxílio do endereço citado no livro “Monumentos Históricos do Maranhão” e do Google Earth, foram produzidos mapas esquemáticos localizando os monumentos estudados no meio urbano de forma a facilitar a criação de uma rota para visitação e levantamento fotográfico dos mesmos. Neste momento encontra-se grande dificuldade de identificação dada à incompletude dos mapas disponíveis ou, no caso de Rosário, da não existência de levantamento cartográfico de toda cidade.

Em um segundo momento, após a visitação e confirmação do logradouro de todos os imóveis, partiu-se para a produção dos mapas a serem utilizados neste Trabalho de Conclusão de Curso, os quais foram elaborados de forma simples e intuitiva, utilizando os recursos gráficos do Photoshop, para a fácil compreensão de todos.

c) Arquivo fotográfico:

O processo de produção do material fotográfico estabelece-se em três momentos distintos: a organização, digitalização das imagens pertencentes ao livro “Monumentos Históricos do Maranhão” e captura de novas fotografias que ilustrem os monumentos estudados em 2015.

A etapa de organização foi a chave para que se alcançasse os objetivos da produção fotográfica. Após a elaboração da cartografia esquemática, criou-se um roteiro tendo como fator guia a proximidade dos imóveis e um cronograma para a captura das novas fotografias, considerando apenas os dias de domingo, no turno matutino, período em que se tem maior sensação de segurança e que a quantidade de automóveis no centro histórico é reduzida, garantindo melhor qualidade das imagens.

A segunda etapa consistiu na digitalização das imagens contidas no livro de forma a servirem como referência de ângulo e identificação dos monumentos, visto que este seria o primeiro contato “*in loco*” com os imóveis.

Para o desenvolvimento da terceira etapa, criou-se grupos de 10 monumentos de forma a não superestimar a produção diária e obter o melhor aproveitamento da luz natural, sem que esta deixasse as fotos escuras ou com superexposição. Além das imagens para a utilização no projeto de monografia, aproveitava-se nesta ocasião para tirar fotos de detalhes e danos, de forma a colaborar na posterior análise do estado de conservação. O período de captura de novas imagens iniciou em julho e deu-se ao longo de três meses, incluindo as viagens realizadas para as cidades de Alcântara e Rosário.

d) Análise de estado de conservação:

O primeiro passo para a realização da análise do estado de conservação dos monumentos foi encontrar parâmetros que servissem de referências, para tanto, realizou-se visita à sede do IPHAN, ocasião em que foram cedidos os modelos das fichas de parecer técnico de identificação e caracterização dos bens, onde constam as seguintes classificações quando ao estado de conservação referente a integridade física do imóvel: bom, regular, ruim e em arruinamento.

De posse dos termos e baseado em estudos dos manuais de projetos em centros históricos da mesma instituição, em estudos sobre as patologias mais comumente encontradas em prédios históricos e em literatura referente à conservação patrimonial, considerar-se-á que o imóvel está em bom estado de conservação quando este não apresenta danos no que diz

respeito à sua estrutura; em estado regular, se apresentar trincas, fissuras ou pequenos danos em seus elementos arquitetônicos; ruim, se apresentar rachaduras ou fendas, danos graves, mas que ainda apresentam possibilidade de reparo; e por fim, em arruinamento, quando sua estrutura já não se encontra mais completa, apresentando queda de paredes, ausência de cobertura ou danos irreparáveis.

Ainda sobre a análise dos prédios, observou-se que na grande maioria das vezes, os imóveis, apesar de possuírem classificação boa ou regular quanto ao estado de conservação no que diz respeito à integridade física do imóvel, apresentavam danos de fácil reparo, referentes à manutenção dos imóveis, mas que também precisavam ser documentados.

Assim, a análise de conservação a ser apresentada compõe-se destes dois aspectos: sua situação quanto à integridade física e em seguida, os danos existentes. É relevante mencionar que, por ocasião do curto prazo de tempo, esta análise leva em consideração apenas as fachadas dos imóveis estudados.

e) Diagramação e formatação do livro atualizado

Para melhor compreensão e entendimento do conteúdo que irá compor o livro² elaborou-se uma formatação de forma a deixar claro ao leitor o material oriundo do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) e as novas informações, acrescentadas por ocasião da pesquisa.

Assim, optou-se por formatar em fonte *itálica*, todos os trechos do texto pertencentes ao livro de 1979 e em fonte *normal*, todas as informações acrescentadas. O mesmo ocorre com as fotografias, que se diferenciam pelas cores, em preto e branco, todas pertencentes ao livro base, e coloridas, as pertencentes ao arquivo pessoal e fotografadas em 2015.

Outro diferencial encontra-se na forma da normatização das referências bibliográficas, as quais estão organizadas por monumento, de forma a servir como referência bibliográfica e facilitar pesquisas futuras àqueles que quiserem se aprofundar no conteúdo apresentado.

² Utilizou-se o termo livro, pois o produto deste TCC é um livro que apresenta a revisão e atualização do livro Monumentos Históricos do Maranhão.

5.2 Breve análise crítica da visão patrimonial por meio do estudo das publicações: “Monumentos históricos do Maranhão” (1979) e “São Luis: Ilha do Maranhão e Alcântara – Guia de paisagem e arquitetura” (2008)

Durante os estudos para a atualização do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979), utilizou-se como uma das principais referências para o complemento histórico dos monumentos o “Guia de paisagem de São Luis e Alcântara” (2008), o qual, por apresentar uma visão diferenciada de abordagem dos imóveis, levou à reflexão da evolução da visão patrimonial em São Luis, refletidas nestas publicações.

Em 1979, data de publicação do Livro “Monumentos Históricos do Maranhão”, São Luis dava seus primeiros passos no aspecto da conservação patrimonial e do entendimento da importância da preservação do mesmo, fato que se concretiza por meio do “I Encontro Nacional da Praia Grande”.

Neste período, o patrimônio ainda era compreendido de forma isolada, os tombamentos realizados pelo IPHAN eram realizados levando em consideração o que se considerava importante preservar, a arquitetura colonial, mais propriamente dita, os imóveis com características luso-brasileiras.

O pensamento conservacionista da época fica claramente evidenciado no livro de 1979, desde a forma como foram selecionados os monumentos abordados até a forma como foram organizados os dados. Os imóveis são apresentados sem levar em consideração o meio urbano onde estão inseridos, na grande maioria das vezes, por exemplo, prédios que se encontram próximos são apresentados em páginas distantes.

Outro fator importante que reflete a visão de “monumento isolado” é a ausência de mapas de localização, que permitiria ao leitor entender como o imóvel comporta-se no meio urbano em que se localiza, compreender sua relação com a cidade e refletir sobre as possíveis causas de seu estado de conservação através da observação do contexto político-social.

Partindo desta reflexão, faz-se comparação à visão patrimonial abordada no “Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luis e Alcântara”. Publicado em 2008 e elaborado em parceria com a Junta de Andalucia com o objetivo de impulsionar e empreender ações na área do desenvolvimento urbano no Brasil incorpora em seu texto uma nova lógica de preservação. Percebe-se a diferença nesta abordagem a partir do título do livro, que abrange não só o termo “arquitetura”, mas também “paisagem”.

No período em que foi publicado, as questões relacionadas à conservação patrimonial já haviam sido amplamente discutidas, estendendo ao sítio a preocupação com a conservação

do bem e a preservação da memória. Durante a leitura do livro, tem-se o entendimento do conjunto arquitetônico como elemento de estudo, quando, apesar de abordados individualmente, a escolha e organização dos imóveis abordados seguem a lógica urbanística, contendo inclusive um mapa para a espacialização do leitor. Outro aspecto importante a se comentar é a inclusão do patrimônio cultural e imaterial do Maranhão, que enriquece e complementa o patrimônio material.

A partir da reflexão acerca das duas publicações, fica clara a evolução do pensamento preservacionista que, em 1979, tinha o monumento como exemplar a ser preservado e conservado, em 2008, teve esta preocupação estendida não só ao sítio, mas também a toda riqueza imaterial de ritmos, sabores e costumes do nosso povo, peça indispensável para a existência e preservação do patrimônio.

5.3 Pequena amostra da atualização

Diante de um universo de 82 monumentos, mostrar-se-á a seguir, uma pequena parte da atualização realizada durante o desenvolvimento da pesquisa, a qual contemplará os mapas produzidos e os monumentos que sofreram ao longo dos anos, no caso de São Luis e Alcântara, maior alteração física e estrutural, sejam elas positivas ou negativas e, de Rosário, os dois monumentos contemplados no estudo.

O resultado completo da atualização encontra-se disponível em CD anexo ao trabalho.

5.4 Monumentos históricos de São Luís

5.4.1 Casa onde Aluísio Azevedo escreveu “O mulato” (36 – 37)

Localização: Rua do Sol.

Utilização atual: Sem uso.

Dados tipológicos:

Casa de estilo colonial, construção morada inteira de um só pavimento e mirante com terminação em beiral. De fachada simétrica, tendo como eixo imaginário o mirante de frente para a Rua do Sol, apresentando pequeno balcão sacado. Esta fachada encontra-se prejudicada por um acidente de coletivo, e o seu revestimento original (azulejo português verde, amarelo e branco) sofreu total substituição por azulejo industrial. Janelas em arco pleno com bandeiras de vidro.

Observa-se a existência de pequenas aberturas circulares próximas ao chão com proteção em gradil de ferro, as quais serviam para arejar o assoalho de madeira.

Na fachada lateral, quatro janelas com peitoril e verga em arco abatido e uma porta-janela com balcão entalado, guarnecido por gradil em ferro na extremidade direita. Há também, pequena esquadria com verga reta na altura do mirante.

Dados cronológicos:

Não há indicações precisas sobre a data de construção deste sobrado, que apresenta caracteres de construção do século XIX. Neste sobrado, especificamente em seu mirante, o escritor maranhense Aluísio Azevedo escreveu o famoso Romance O Mulato, publicado no ano de 1881 e com o qual deu nova dimensão à Escola Naturalista. Foi também neste mesmo prédio que viveu Antônio Lobo e no mesmo mirante, escreveu o Romance, também Naturalista, A Carteira de um Neurastênico.



Figura 1: Casa onde Aluísio Azevedo escreveu "O Mulato" - 1979

Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Em 1979, o imóvel era ocupado pelo Gen. Alexandre de Sá Collares Moreira e durante alguns anos pertenceu ao Sindicato dos Urbanitários que o vendeu em 2006.

Ano passado, foi feita denúncia através da rede social do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) anunciando que o casarão estava a ser demolido internamente para tornar-se estacionamento, a notícia teve grande repercussão no âmbito nacional e o ato foi interrompido, evitando que sua fachada também fosse danificada.

Em 2015, a proprietária apresentou ao IHGM um projeto arquitetônico para reforma da casa que se enquadrava dentro das diretrizes de preservação patrimonial, entretanto, as

obras foram interrompidas após a verificação de irregularidades, dentre as quais destaca-se a situação atual do mirante, que encontra-se em balanço e com risco de desmoronamento. O instituto aguarda no momento a apresentação de um projeto estrutural para permitir o prosseguimento das obras.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

2014. A casa teve seu interior completamente demolido, restando apenas as fachadas.

2015. Embargadas as obras de recuperação do imóvel por estarem em inconformidade com o projeto arquitetônico aprovado pelos órgãos responsáveis. As mesmas só prosseguirão após a apresentação de projeto estrutural adequado e regularização da obra.



Figura 2: Casa onde Aluísio Azevedo escreveu "O Mulato" - 2015
Fonte: Acervo pessoal

Estado de conservação:

O imóvel encontra-se com estado ruim de conservação. Seu interior foi completamente demolido e seu mirante, atualmente em balanço, ameaça desabar e levar o que ainda resta do prédio ao arruinamento. O telhado apresenta telhas quebradas, deslocadas e vários pontos com vegetação de pequeno porte em local indevido.

Todas as esquadrias estão danificadas, com vidros quebrados, folhas quebradas e pintura desgastada. Ao longo da cimalha existem vários pontos com manchas de umidade.

Tanto na fachada principal como na lateral, há trechos com reboco aparente, bem como umidade ascendente em sua base.

5.4.2 Forte de Santo Antônio (110 – 111)

Localização: Avenida Tupinambás, s/n – Ponta D’areia.

Utilização atual: Sem uso.

Dados tipológicos:

Forte com muralha (incompleta atualmente) circular em pedra lavrada e intercalada por ameias, nas quais se localizavam os canhões.

No centro do terreno, a fortaleza propriamente dita e o paiol de pólvora, apresentam características coloniais com presença de telhado terminado em beira seveira simples, esquadrias em madeira com vergas retas e molduras argamassadas lisas. Pilastras arrematam todos os cantos da edificação principal.

Possui atualmente observatório em ferro e cinco canhões apontados em direção ao mar.



Figura 3: Forte de Santo Antônio - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados cronológicos:

Fundado em 1692, o Forte de Santo Antônio está localizado em local estratégico e foi construído a mando do então governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho para a proteção da cidade, sendo seu projeto elaborado pelo engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro.

A princípio, esta fortaleza era temporária, só mais tarde passou a ser permanente. Entretanto presume-se que sua construção não foi totalmente realizada, visto que, César Marques, no seu Dicionário, diz que no início do século XVIII esta fortaleza estava arruinada. Faz também referências a uma Carta da Câmara de São Luís, de 1689, ao

Governador, se encarregando de mandar materiais para as obras da fortaleza, visto que, o encarregado pela construção, Sargento-Mor Antônio Barros Pereira, havia deixado os trabalhos.

O Governado do Maranhão em 1691 inicia a construção com dificuldades, há carência de pessoas capacitadas, falta de mão-de-obra, materiais adequados e sal do reino.

Devido aos obstáculos, sabe-se que esta obra foi mal feita, ou abandonada após a construção, pois várias pessoas como o Governador Gonçalo Pereira Lobato, Pe. José de Moraes e Luís Antônio Sarmiento da Maia deram informes sobre seu estado precário e pediam sua construção.



Figura 4: Forte de Santo Antônio - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

No ano de 1762, em visita ao forte, o Capitão Engenheiro Manuel Fernando Goetz julgou indispensável a sua restauração, entretanto, por conta de conflitos políticos não foi reformado e sim incendiado.

Ao lado disso, fatos históricos estão ligados a este forte, destacando-se a revolta contra o Presidente Bruce, comandada pelo Ten. De Artilharia Manoel Joaquim Gomes, em 1824, que aí amotinou-se, formando um pequeno governo, denominado Junta Temporária, submissa à Junta Expedicionária de Rosário. O motim foi abafado pelo fogo dos fortes de São Luís e São Marcos.

Conforme o projeto do Engenheiro André de Andrade Braga, em 1827, o forte foi transformado em farol para facilitar a navegação.

Para a época em que construído, representava grande defesa da capital, por ser ponto estratégico de alto valor.

No século XIX, o forte chegou a ser abrigo para grupos de teatro e ópera que vinham da Europa. Por causa das pestes que assolavam o continente europeus, os grupos ficavam um tempo no forte antes de se apresentarem.

Ficou abandonado por vários anos, e ao longo destes, foram propostos diversos usos, os quais nunca foram executados. Em 1984 teve início uma grande reforma com a intenção de abrigar ao Museu Oceanográfico do Maranhão, o que não ocorreu, pois em 1991, após inauguração da restauração completa do forte passou a sediar o Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (atualmente chamado de Grupamento de Bombeiros Marítimo – GBMar).

O imóvel foi incluso nas obras de urbanização da Ponta D'areia e atualmente encontra-se em reforma e deverá voltar a ter uso turístico.



Figura 5: Forte de Santo Antônio – 1979 e 2015 respectivamente
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979) /Arquivo pessoal

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1762. Foi incendiado por conta de conflitos políticos.

1827. O forte é transformado em farol para facilitar a navegação.

1870. Passou por reformas. Nesta época, apresentava-se com planta circular com 22 braços de diâmetro, 29 palmos de altura e 14 de espessura e estava artilhada com sete peças de ferro de calibre 32, treze de 12 e uma de 9 de calibre de bala.

1884. Começa a funcionar o farolete da ponta d'areia, no dia 1 de agosto deste ano. Mostrava luz branca e vermelha.

1937. Tombado pelo Governo Federal.

1975. Inscrito como patrimônio nacional no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

1984. Iniciadas obras de restauração do forte para que o mesmo abrigasse o Museu Oceanográfico do Maranhão, as quais foram interrompidas e reiniciadas diversas vezes.

1991. O forte passa a sediar o Grupamento de Busca e Salvamento do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (atualmente chamado de Grupamento de Bombeiros Marítimo – GBMAR).

1992. Foram realizados ajustes elétricos, luminotécnicos, a regularização do terreno com seus devidos aterramentos, além da construção da calçada de pedra e da colocação dos canhões.

2013. O forte passou por reforma de reestruturação arquitetônica.

2015. Encontra-se fechado para reformas e assim da conclusão, deverá voltar a ter uso turístico.

Estado de conservação:

O forte encontra-se em bom estado de conservação; sua pintura apresenta vários trechos com reboco aparente e início de formação de vesículas. Na cimalha, existem algumas manchas de umidade pontuais, possivelmente derivadas de infiltrações do telhado. Um fator a se chamar atenção é a presença da vegetação, que atualmente encobre parte da muralha e da área onde estão localizados os canhões.

5.4.3 Igreja de São João (144 – 145)

Localização: Rua Grande, Vinhais.

Utilização atual: Igreja católica.

Dados tipológicos:

Construída em cal e pedra, apresenta *aparência singela, fachada simétrica retangular, com uma porta central formando, com janelas, em plano superior, eixo de simetria, de vãos em arco abatido. Composta de frontão triangular em linhas curvas, encimado por uma cruz e ladeado por coruchéus.*

Na lateral esquerda, em trecho anexo à fachada, existe outro vão, também com verga em arco abatido, porém, possui dimensões menores que as originais.

Dados cronológicos:

Onde atualmente encontra-se o bairro do Vinhais Velho, antes existia a aldeia Uçaguaba, segunda maior da Ilha de Upaon-açu e identificada por Daniel de La Touche como Migan Ville (em homenagem David Migan, que habitava com os índios). Em 1612, alguns franceses ali fixaram residência e construíram uma capela, *onde, juntamente com os da ilha da Capital, aldearam os índios trazidos de Pernambuco. Como essa serviria de norma às demais aldeias, foram estabelecidos todos os costumes que depois pudessem servir de exemplo aos vizinhos e de edificação aos estranhos. Por este fim especial, foi chamada de “Aldeia da Doutrina”.*



Figura 6: Igreja de São João - 1979
Fonte: Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Mais tarde, em 1857, passou para o domínio dos frades da Ordem de Santo Antônio pelos termos das Juntas das Missões passando a chamar-se de São João dos Porções, tomando definitivamente a denominação de Vinhais no dia 1 de agosto de 1757. Nesse mesmo dia foi criada a freguesia, em virtude da Resolução Régia de 18 de junho de 1757, tendo como seu primeiro pároco, o beneficiado Antônio Felipe Ribeiro.

Em 5 de maio de 1829 a Câmara pediu ao presidente a construção de uma igreja, por ter desabado a que havia.

A 20 de abril de 1835, não apresentando qualquer desenvolvimento, a Vila dos Vinhais foi extinta pela Lei Provincial nº. 7, passando a pertencer a freguesia à comarca da capital.

A igreja foi reconstruída somente em 1838 por providências tomadas pelo 15º Bispo do Maranhão D. Marcos Antonio. Ao longo dos anos tornou a entrar em processo de arruinamento e, no ano de 1985, os moradores da região uniram-se em prol do levantamento de recursos e a reformaram.

No ano de 2012 o Vinhais Velho foi motivo de luta para os seus moradores e simpatizantes, os quais protestavam contra a construção da Via Expressa, que para ser construída, desapropriou moradores; dentre eles o “seu Olegário”, morador mais antigo da vila e descendente dos primeiros indígenas que ali habitaram; e acabou com a ligação direta do bairro ao mar, cortando-o em duas partes.



Figura 7: Igreja de São João - 2015

Fonte: Arquivo pessoal

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1979. Encontrava-se em estado deplorável: suja, caindo aos pedaços.

1984. Inscritos a Igreja e seu Largo pelo Governo Estadual no Livro do Tombo sob decreto nº 9652.

1985. Os moradores da Vila Velha do Vinhais pediam ajuda aos moradores do Conjunto Recanto dos Vinhais para a reconstrução da Igreja, que apresentava o telhado no chão.

1995. Restaurada pela Secretaria de Cultura do Estado, através do Departamento de Patrimônio Histórico e Paisagístico (DPHP)

1997. A igreja deixa de ser paróquia.

2012. Com a comemoração de seus 400 anos, após ser reformada, volta a ser intitulada Paróquia.

2015. A igreja foi reformada e ampliada.

Estado de conservação:

Recentemente reformada e sempre sob cuidados da população a igreja encontra-se em bom estado de conservação e não apresenta danos em sua fachada.

5.4.4 Igreja de São Joaquim (142 – 143)

Localização: Rua da Igreja, Vila Maranhão.

Utilização atual: Igreja católica.



Figura 8: Igreja de São Joaquim - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados tipológicos:

A igreja, de fachada simétrica, é composta por três eixos. O central possui duas linhas de aberturas, todas em arco pleno e com esquadrias de madeira, três portas no térreo (sendo que as das extremidades são mais esbeltas que a principal) e três janelas com peitoril no primeiro pavimento, correspondentes à área do coro.

Acima do entablamento, vultoso frontão ondulado compreendendo toda a extensão do corpo central e encimado por cruz de ferro. Os corpos laterais, terminados em beiral de bica simples e coruchéu na extremidade, possuem porta central e duas aberturas sineiras no

primeiro pavimento. Na ala esquerda encontram-se os dois sinos da igreja, os quais apresentam diferentes dimensões.

Possui pequeno adro em piso cimentício, ao qual se tem acesso por meio de rampa ou escada composta de três degraus.

Do outro lado da via, cruz em ferro com inscrição central: “SJ 1901” apoiada sobre pedestal.

Dados cronológicos:

Antônio Baldez da Silva, em requerimento à Câmara, pediu terrenos na margem do rio que vai desta cidade para o porto do Ibacanga, o que lhe foi concedido com o mesmo nome, em 4 de dezembro de 1741. Nessa freguesia, antes já existia uma povoação em bastante decadência, denominada Arapapaí, estendida no Arraial do Furo ou Canal de Arapapaí, que nasceu com o estabelecimento de colonos portugueses e com a vinda de muitos lavradores do Itapecuru que trouxeram seus escravos para serem empregados na obra do canal.

Em 1848, no terreno da antiga vila em decadência, inicia-se a construção da igreja e juntamente com ela, um novo povoado, com patrocínio de São Joaquim.

Em 25 de agosto de 1863, o Presidente desta Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, pediu à Câmara Municipal da capital um altar que outrora servia para os atos divinos, a que tinham de assistir os presos, quando a cadeia estava colocada no pavimento térreo da Casa da Câmara, a fim de ser aproveitado para este templo, e no dia 29 agradeceu à bondade com que a municipalidade satisfez o pedido. Posteriormente, o altar foi retirado da capelinha que havia atrás da Casa da Câmara e levado para esta localidade, ou seja, para a capela da Freguesia de São Joaquim, onde se encontra até os dias de hoje.

A igreja, recentemente restaurada, continua em pleno funcionamento.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1979. Apresentava serralharia mal conservada, vazamento no telhado e falta de proteção de combate ao fogo.

1984. Realizado levantamento cadastral e projeto arquitetônico de restauração.

1987. Inscrita pelo Governo Estadual no livro do tomo sob decreto nº 10.453.



Figura 9: Igreja de São Joaquim – 2015
Fonte: Acervo pessoal.

2015. A igreja foi completamente restaurada por meio de uma compensação ambiental na área da Vila Maranhão, que destinou recursos de dano ambiental causado ao patrimônio arqueológico para a restauração deste bem cultural de grande importância para a comunidade impactada. A obra foi realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura.

Estado de conservação:

Recentemente restaurada, encontra-se em bom estado de conservação. Apresenta como danos apenas pontos com vegetação de pequeno porte em locais indevidos no frontão e beiral.

5.4.5 Quartel da Polícia Militar (80 – 81)

Localização: Rua da Estrela, quadra 156.

Utilização atual: Fundação da Memória Republicana Brasileira.

Dados tipológicos:

Com fachada completamente diferente ao período em que foi quartel da polícia militar, desenvolve-se em dois pavimentos terminados em cimalha e beira seveira simples. Possui apenas uma porta de acesso ladeada por janelas tipo guilhotina – o prédio não é simétrico, contendo maior quantidade de esquadrias no lado esquerdo – o mesmo padrão repete-se no primeiro pavimento, contando com balcão sacado guarnecido por gradil em ferro para a porta.

Todos os seus vãos possuem vergas em arco abatido e ao longo de todo o prédio existem pilastras sem ornatos.

Dados cronológicos:

Os padres frei Marcos de Natividade e João Cerveira, foram nomeados pelo comissário do Convento de N. Senhora das Mercês do Pará, Frei Bartholomeu de Mattos e Castro, para realizarem o projeto que há muito havia, da fundação de um Convento da Sagrada, Real e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês, nesta capital.

Saíram do Pará no dia 1º de maio de 1654 e requereram licença ao Senado da Câmara, para tal fim, o que obtiveram no dia 28 do mesmo mês e ano.

Unindo forças com os Frades Manuel de Assunção e Antônio Nolasco e com o leigo João das Mercês, também vindos do Pará, construíram a Igreja e Convento das Mercês, em taipa e coberta com palha. No ano seguinte, em terreno adicional, reedificaram as instalações em pedra e cal, construindo a capela-mor.

Seguiu-se um longo período de obscuridade para a história desse Convento, do qual apenas sabemos que os seus fundadores puderam levar a cabo as grandes obras, que empreenderam.

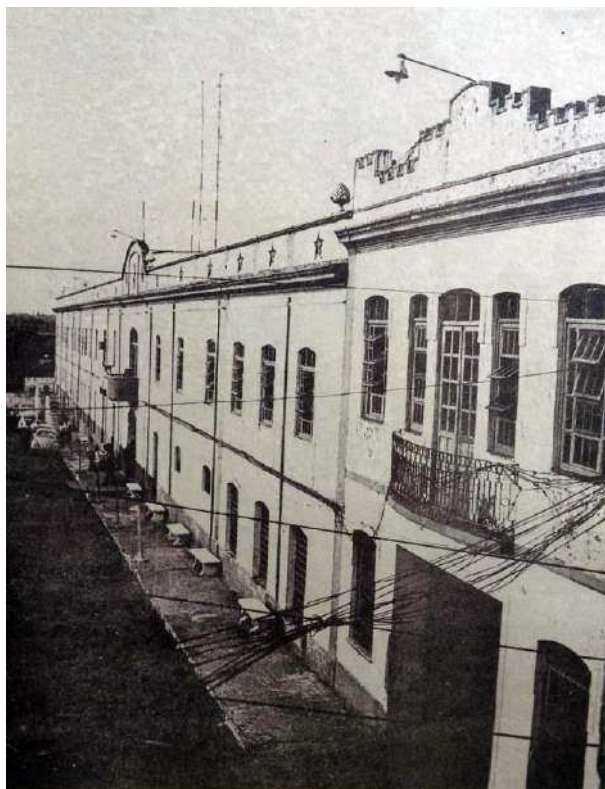


Figura 10: Quartel da Polícia Militar - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Esta Ordem era muito dedicada às missões do evangelho por entre as tribos bravias de índios, que eles prestaram neste gênero muito mais serviço que os jesuítas, que queriam os índios para se enriquecerem. Entre os seus filhos, que nesse importantíssimo serviço a Deus

se distinguiram, muitos merecem especial menção, porém Frei Raimundo e Frei João Cerveira, foram os primeiros cidadãos, que professaram nessa Ordem, e por muitos anos andaram em missões por malocas de índios.

Nesse Convento havia uma grande livraria, tinha aulas gratuitas de primeiras letras, ministradas por frades ilustrados e talentosos.

As festas de Natal, de Páscoa e de N. Senhora das Mercês eram feitas com grande pompa e solenidade. A igreja revestia-se de galas, ao púlpito subiam oradores notáveis, e dos arredores dessa cidade concorriam muitas pessoas para presenciá-las.

Enquanto os frades festejavam assim os santos da sua Ordem, os seus escravos, vindos anualmente nessas épocas das fazendas, entregavam-se a folguedos e a divertimentos inocentes na cerca do mesmo convento.



Figura 11: Quartel da Polícia Militar - 2015
Fonte: Arquivo Pessoal

Com a independência do Brasil, em 1822 iniciou-se o processo de decadência do prédio que resultou em seu abandono, assim, em 27 de janeiro de 1892, a Ordem de N. Senhora das Mercês, representada pelo Frei Manuel Rufino de Sant'Ana e Freitas, vende à Diocese, que estava representada pelo reverendíssimo Bispo D. Antônio Cândido Alvarenga tanto o Convento, quanto a Igreja que estavam em ruínas e foram quase totalmente reedificadas à custa da mencionada Diocese e passaram a sediar o Seminário Menor.

No ano de 1905, o prédio foi vendido ao Governo do Estado do Maranhão, que o reformou e fez alterações em sua arquitetura para que sediasse o quartel da polícia militar e do corpo de bombeiros (que ali permaneceram até 1980), invertendo inclusive as frentes do

convento e da Igreja, antes voltados para o mar. O responsável por tal intervenção foi o Tenente Coronel Zenóbio da Costa.

O imóvel passou novamente por reformas em 1987, nesta, foram retirados os anexos que o descaracterizava, descobertos os arcos originais, o poço utilizado pelos mercedários e os alicerces da igreja demolida.

Em 1990, surge a “Fundação José Sarney”, criada por José Sarney para expor acervo do período em que foi presidente da República, com poucos meses de existência instalou-se no prédio, e 1993, legalizou-se a doação do prédio para a instituição. Dado o conteúdo do museu, a fundação foi alvo de críticas à “auto-exaltação de Sarney” e de diversas acusações de desvio de dinheiro.

No ano de 2000, mudou-se o nome da instituição para “Fundação da Memória Republicana” e, quatro anos mais tarde, o Ministério Público Federal do Maranhão entrou com recursos alegando a ilegalidade da doação do patrimônio público. O caso teve desfecho em 2009, quando o prédio foi devolvido ao patrimônio estadual. Ainda neste ano foi anunciado o fechamento da instituição por conta de dificuldades financeiras enfrentadas por seu proprietário; porém, em 2011 a “Folha de S. Paulo” verificou que a Fundação não só continuava com as portas abertas, como havia recebido um reajuste pelo aluguel da área ocupada pela Secretaria Estadual de Educação.

Hoje, com 5.800 m² de área construída, o Convento das Mercês é detentor de um rico acervo museológico e bibliográfico, fica aberto à visitação pública e foi considerado um dos Sete Tesouros de São Luís.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1905. O prédio foi vendido ao Governo do Estado do Maranhão e reformando para que sediasse o quartel da polícia militar e do corpo de bombeiros

1974. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sob Decreto nº 25 de 1937.

1987/1990. Realizada grande reforma no imóvel no governo de Eptácio Cafeteira, nesta, foram retirados os anexos que o descaracterizavam, descobertos os arcos originais, o poço utilizado pelos mercedários e os alicerces da igreja demolida.

2000. O imóvel passou por serviço de conservação e reparos, e foi solicitado alvará para liberação de escavação para implantação de casa de máquina (ar condicionado e central elétrica) e eletrodutos para água gelada.

2013. Inaugurado após completa restauração.

2015. O Convento recebeu um laudo do corpo de bombeiros relatando haver risco de incêndio e desabamento de partes do imóvel. Atualmente encontra-se em reforma para recuperação estrutural, drenagem e manutenção.

Estado de conservação:

O imóvel apresenta bom estado de conservação, e não apresenta danos em sua fachada. Em janeiro deste ano foi divulgado laudo do corpo de bombeiros que indicava risco de incêndio e desabamento de trechos do prédio, porém, as medidas corretivas já foram adotadas.

5.4.6 Solar dos Belfort (34 – 35)

Localização: Rua do Egito, quadra 68.

Utilização atual: No pavimento térreo funcionam uma farmácia, loja de artesanato e um pequeno comércio. Os demais andares estão sem uso.

Dados tipológicos:

Exemplar de elevado valor monumental. Sobradão colonial do terceiro quartel do séc. XVIII.

Compõe-se em três pavimentos mais porão alto e mirante, sua fachada principal, simétrica, retangular, com terminação em beiral com dupla bica, *é toda revestida com azulejos portugueses de duas tonalidades de verde. Vãos de vergas retas, proteção em venezianas, sendo que as porta-janelas superiores apresentam balcões sacados com pisos de cantaria e guarda-corpos de ferro.* No pavimento térreo, apenas a porta central possui verga reta, sendo as demais em arco abatido.

A fachada lateral direita, não possui balcões. Seus vãos, assim como a fachada principal, são feitos com vergas retas. *Próxima à cimalha, placa de cantaria com a data “1756”. Cunhais apilastrados. O mirante, cujo telhado não tem cumeeira, é coberto de telha canal, possui cachorros aparentes e paredes de madeira tipo venezianas com quatro aberturas.*



Figura 12: Solar dos Belfort - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados cronológicos:

Lourenço Belford, enriquecido na lavoura e pecuária, demoliu uma morada inteira do Canto do Quebra-Costas, erguendo no local imponente sobrado residencial de dois pavimentos, provavelmente concluído em 1756, como faz crer a placa ali existente.

Na segunda metade do século XIX residia nesse imóvel o Barão de Coroatá, Manoel Gomes da Silva Belfort, importante produtor de arroz, anil e algodão durante a atuação da Companhia do Grão Pará e Maranhão; foi ele o precursor da criação do bicho da seda no Maranhão e o responsável pela instalação da primeira fábrica de couros atanados no estado.

Em 1899 passou a ser seu proprietário o jornalista Vitor Lobato, que ali instalou redação, gerência e oficinas de seu famoso jornal Pacotilha.

O Jornal “A Pacotilha” foi fundado em 1880, fechado em 1939 e, durante todo o seu funcionamento foi voz crítica para a população e políticos maranhenses, abordando também os costumes locais e posições da igreja perante os desenvolvimentos científicos da época. O imóvel tornou-se marco popular de tal forma que o Beco da Rua João Vital ficou conhecido como Beco da Pacotilha e assim é chamado até os dias atuais.

No século XX, *entre outras destinações que teve o imóvel, mencione-se a de haver servido de sede para um salão de baile e para redação e oficinas do jornal O tempo. Ainda neste século, o prédio passou por reforma para sediar o “Hotel Ribamar”, conceituado hotel da época e a “Fonte Maravilhosa” estabelecimento comercial que se tornou famoso na cidade*

pelo “suco de pega pinto”, bebida indicada para problemas renais. Ao longo dos anos o hotel perdeu sua clientela, ficando o prédio esquecido.

Em 2004, passou por uma grande reforma que recuperou toda sua parte estrutural em função da requalificação urbanística do Largo do Carmo e hoje, no pavimento térreo funcionam uma farmácia e um pequeno comércio na fachada principal e uma loja de artesanato na lateral. Os demais andares estão sem uso.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1889. Passou a ser seu proprietário o jornalista Vitor Lobato, que ali instalou redação, gerência e oficinas de seu famoso jornal Pacotilha.

Séc. XX. O prédio passou por reforma para adaptar-se a seu novo uso, o “Hotel Ribamar”.

2003. Realizado o levantamento cadastral e elaboração do projeto de estabilização e consolidação do imóvel.

2005. Realizada grande reforma realizada pelo IPHAN, que recuperou toda sua parte estrutural em função da requalificação urbanística do Largo do Carmo.

2015. Toda a fachada do imóvel foi recuperada, contemplando o restauro de seus azulejos, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Figura 13: Solar dos Belfort - 2015

Fonte: Arquivo pessoal

Estado de conservação:

Recentemente restaurado, o imóvel encontra-se em bom estado de conservação, não apresentando danos em sua estrutura e elementos.

5.4.7 Solar dos Vasconcelos (16 – 17)

Localização: Rua da Estrela, quadra 134.

Utilização atual: Museu e memorial do centro histórico. Abriga o Departamento de Projetos Especiais, o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão e a Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão.

Dados tipológicos:

A fachada consta de dois pavimentos simétricos com duas portadas emolduradas em cantaria lavrada servindo de eixo imaginário. A porta principal no primeiro pavimento possui bandeira de ferro ricamente trabalhada em arco de meio ponto. No eixo direito, a porta central é ladeada por uma janela com verga em arco abatido e duas portas com verga reta encimadas por óculos. O eixo esquerdo, assim como o oposto, possui uma janela e duas portas, porém, sobre as portas não existem óculos, mas vãos de verga em arco abatido com fechamento em vidro. Com exceção dos óculos e vãos sobre as portas, todas as aberturas possuem moldura em pedra de lioz.



Figura 14: Solar dos Vasconcelos – 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

No segundo pavimento, destaca-se o corpo central com portada, balcões sacados com guarda-corpo de ferro. O balcão central corrido projeta-se ao longo de três portas com verga em arco abatido, sobressaindo-se das demais; encontra-se apoiado sobre elegantes mísulas no

mesmo material (pedra de lioz). Para cada eixo existem mais duas portas com verga reta e balcão sacado.

Nos extremos, cunhais apilastrados, revestimento com pedras de cantaria inclusive a cornija próxima ao beiral.

O telhado é finalizado com beiral simples.



Figura 15: Solar dos Vasconcelos - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Dados cronológicos:

Construído no século XIX, o Solar dos Vasconcelos é um dos mais bonitos exemplares da Rua da Estrela.

Em meados do século XX, uma grande crise financeira atingiu diretamente os comerciantes de São Luís, acabando com a maioria das atividades comerciais da Praia Grande e levando à falência muitas famílias abastadas da capital, infelizmente esta atingiu também à família dos Vasconcelos e o solar foi abandonado, chegando a ficar em ruínas.

Em 1997, mesmo ano em que a UNESCO concedeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade a São Luís, o solar foi completamente restaurado e adaptado para abrigar o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA).

Hoje, em pleno funcionamento, abriga também o Departamento de Projetos Especiais e um Museu aberto à visitação pública, o qual contém o acervo do Memorial do Centro Histórico, exibindo maquetes e painéis fotográficos que registram toda a história de

preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís. Também encontra-se em exposição uma importante coleção de maquetes de barcos típicos do Maranhão.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1979. Sobrado encontrava-se em ruínas, restando apenas os suportes verticais externos. Seu interior estava completamente arruinado.

1997/2002. Realizadas obras de restauração e adaptação do Solar para abrigar o Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA).

2001. Concluídas obras de reconstrução do Solar, que passou a abrigar as instalações do Memorial do Centro Histórico e as sedes da Superintendência do Patrimônio Cultural e do PPCHSL.

2013. Realizadas obras de conservação e manutenção através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas.

2015. Prevista reforma através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas.

Estado de conservação:

O prédio, de elevado valor arquitetônico, apresenta bom estado de conservação, com danos principalmente no que concerne o seu revestimento. Sua pintura possui manchas de umidade derivadas de intempéries principalmente abaixo do balcão principal e reboco aparente na parte do pavimento térreo do imóvel. Na área da cimalha, frisos e base do prédio pode-se notar a presença de eflorescências e umidade ascendente.

Os cunhais, balcões e molduras talhados em pedra de lioz estão em bom estado de conservação, quanto a seus detalhes e entalhes, existem manchas de umidade, principalmente no pavimento térreo, onde há umidade ascendente.

Destaca-se a beleza das portas e janelas principais com pintura na cor vermelha em ótimo estado de conservação.

No telhado, existentes focos de vegetação de pequeno porte, o beiral possui entelhamento em boas condições.

5.5 Monumentos históricos de Alcântara

A cidade de Alcântara é um território único no Brasil, capaz de transportar a quem visita para um período longínquo, onde o tempo ainda não era vilão.

Construída a partir da Aldeia Tupinambá de Tapuitapera, foi testemunha das presenças francesas, portuguesas e holandesas no estado (PFLUEGER, 2002). Com a presença dos

portugueses e a catequização dos nativos, em 1648, a aldeia indígena transformou-se em aldeia religiosa, sendo elevada a categoria de vila e nomeada Vila de Santo Antônio de Alcântara.

Por ocasião do ciclo algodoeiro, no século XVIII, também marcante em São Luis, tornou-se a sede da aristocracia rural agro-exportadora e desenvolveu seu traçado urbano e arquitetura civil no entorno das principais construções religiosas da cidade. Com o fim deste ciclo econômico, a abolição da escravatura e o deslocamento da produção maranhense para as margens dos rios Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré, iniciou-se o seu processo de decadência e estagnação econômica.

No século XX, teve parte de seu território desapropriado para a instalação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), o qual é considerado um dos melhores do mundo devido à proximidade da linha do Equador e estabilidade meteorológica que permite realizar lançamentos durante quase o ano todo. Apesar de possuir tal tecnologia, os investimentos limitam-se à área do CLA e a cidade permanece carente de infraestrutura e desenvolve-se a lentos passos.

Atualmente, tem como principal atividade econômica o turismo de contemplação, baseado na arquitetura remanescente dos tempos áureos; que encanta aos seus visitantes com seu caráter religioso e místico, com ruínas envoltas em lendas de batalhas pelo poder e jamais terminadas e pelos costumes dos povos remanescentes que nela habitam.

5.5.1 Capela das Mercês (150)

Localização: Rua das Mercês.

Utilização atual: Capela da religião católica.

Dados tipológicos:

Fachada simples terminada em beiral, sem torre.

Pousada em uma base com vestígios de cantaria, de planta quadrangular, cobertura em quatro águas, paredes grossas em adobe, com variações internas. Notam-se recentes alterações na fachada, se comparada com fotografia de 1979, pela inserção de vãos retangulares nas laterais das portas e acabamento acompanhando o arco das portas acima das mesmas, ambos com fechamento de ripas fixas de madeira.

Há chanfros nos quatro cantos externos da capela.



Figura 16: Capela das Mercês - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados cronológicos:

Inicialmente chamada de Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, a Igreja das Mercês tem sua história relacionada ao Convento da Ordem dos Mercedários (chegados ao Maranhão em 1634), construído a seu lado anos antes, entretanto, por conta da proibição da entrada de noviços das ordens religiosas e militares, no ano de 1821, o convento veio a ruir, restando apenas a Igreja.

No ano de 1648, por alvará passado em Lisboa, Antônio Coelho de Carvalho e Maria Manuel de Vilhena doaram à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, o sítio que possuíam na sua capitania de Cumã, na Vila de Santo Antônio de Alcântara. *Esta doação foi feita por serviço de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que se lembrasse das almas e saúde deles, pela grande devoção que tinham a Nossa Senhora das Mercês, para que a Ordem pudesse, com melhor cômodo, fundar um convento, igreja, morada, sustento e fábricas de seus religiosos, a fim de servirem a Deus.*

Em 1651, tinha início a construção do convento de Nossa Senhora dos Remédios, que passou mais tarde à invocação de Nossa Senhora das Mercês. Foi fundado em 1658, segundo o que se lê no livro pertencente a esse convento. Teve em seu princípio a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e ensinavam os frades, gratuitamente, a ler e escrever, com atestou o padre vigário Francisco Roberto Pimentel, em 3 de abril de 1673.

Seus fundadores foram o Padre ex-Comissário-Geral Frei Marcos da Natividade, natural do Grão-Pará e Frei João Cerveira, natural de Tapuitapera, e filho legítimo de Domingos Cerveira Baião e Dona Maria Campos.



Figura 17: Capela das Mercês - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

De 1816 a 1822, residiram neste Convento o Frei João Garcia de Carvalho, pregador, como comendador, Frei Francisco Ferraz e Frei Antônio dos Santos, e os irmãos coristas professos, Frei Tomé e Frei José Franzino, que morreu em São Luís como comendador.

Passados muitos anos, a Ordem foi decaindo, pois morreu o amor de seus filhos, desapareceram os bons frades, extraviaram-se muitos bens móveis, os imóveis foram-se arruinando, sem que uma mão piedosa pusesse obstáculos ao poder destruidor do tempo. Este convento foi fechado em 1850, quando faleceu o penúltimo frade mercedário.

No final do século XIX foi construído, sobre as fundações do antigo convento das Mercês, um mercado público, o qual, posteriormente, por volta do século XX, foi transformado em uma capela chamada Capela das Mercês. Com o passar do tempo, passou por diversas reformas levando à completa descaracterização no ano de 1987. Em 1990, passou por uma restauração que visava restaurar as feições originais.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

Fim do século XIX. Construção de um mercado sobre as fundações do antigo Convento das Mercês.

Meados do século XX. Adaptação do mercado para a nova Capela das Mercês;

1987. Encontrava-se completamente descaracterizada.

1990. Restauração da feição original da Capela das Mercês.

Estado de conservação:

A capela encontra-se em bom estado de conservação. Apresenta danos principalmente em sua pintura, que possui manchas de umidade e fungos. Observam-se alguns pontos de infiltração na cobertura, a qual apresenta entelamento envelhecido. As esquadrias (fixas e móveis) estão em bom estado, porém necessitam de reparos na pintura.

5.5.2 Casa de Câmara e Cadeia (158 – 159)

Localização: Rua das Mercês.

Utilização atual: Prefeitura Municipal de Alcântara e Câmara dos Vereadores.

Dados tipológicos:

Fachada principal simétrica, composta de dois pavimentos terminados em cimalha com beiral. A porta principal possui folhas com almofadadas simples, acima dela, existe o brasão da Vila de Alcântara com a inscrição em latim: “Hodie Etim Saecula Heri - 22 dezembro 1648”, que significa “ontem, hoje e para sempre”, este mesmo brasão estampa a bandeira da cidade. O primeiro pavimento é composto por porta central com moldura em pedra de lioz, com quatro janelas para cada lado, também com moldura em lioz, todas com grade de ferro.

No nível do 2º pavimento, segue-se a mesma composição simétrica do pavimento térreo, porém, no lugar das janelas existem portas-janelas com balcão sacado e gradil em ferro, a moldura por sua vez é em argamassa.

Ainda na fachada frontal, a meia altura do 2º pavimento, três hastes para bandeiras. Nas fachadas laterais, janelas idênticas às demais.

Dados cronológicos:

A casa de Câmara e Cadeia da cidade de Alcântara está associada diretamente à elevação do arraial à vila, quando, por lei foi obrigada a ser construída. Apesar de não se ter uma data exata de construção, estima-se que a mesma foi edificada no fim do séc. XVIII, dadas suas características arquitetônicas.

No dia 28 de outubro de 1759, o Governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, de conformidade com as ordens que havia recebido, concedeu ao Senado da Câmara desta antiga vila de Santo Antônio de Alcântara uma légua de terra para o seu patrimônio.

Em 11 de outubro de 1791, a Câmara remeteu uma relação de pessoas que prometeram contribuir com donativos voluntários para a construção das obras da Casa da Câmara e Cadeia.



Figura 18: Casa de Câmara e Cadeia – 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

O prédio foi construído para Casa da Câmara e Cadeia, sendo mais tarde transferida para ali a Penitenciária do Estado (no período de 1947 a 1965), deixando a comunidade alcantarense aterrorizada diante de tantas injustiças cometidas.

No ano de 1979, o prédio encontrava-se abandonado, quase em ruínas, apresentando as fachadas e paredes internas em razoável estado de conservação. Após passar por restauração completa, neste mesmo ano, passou a abrigar a prefeitura e a câmara de vereadores da cidade, função que desempenha até os dias de hoje.



Figura 19: Casa de Câmara e Cadeia - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1979. O prédio estava abandonado, quase em ruínas, apresentando as fachadas e paredes internas em razoável estado de conservação.

1999. Reforma com revisão de cobertura e madeiramento, revisão das paredes internas e externas, recuperação do piso e pintura geral e reestruturação de instalações elétricas e hidro sanitárias.

2003. Recuperação da Casa de Câmara e Cadeia como parte do conjunto de ações do Programa Monumenta.

2010. Restaurada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

2015. Prevista recuperação parcial do prédio através do Programa Monumenta.

Estado de conservação:

A Casa de Câmara e Cadeia apresenta bom estado de conservação, porém, passa por uma das realidades mais comuns em prédios históricos, a presença de danos causados pela adaptação a funções. No caso deste, a fachada principal encontra-se preservada, porém, na fachada lateral, é possível observar a mutilação de algumas janelas para a instalação de condensadores de ar condicionados.

É importante destacar que as esquadrias frontais encontram-se pintadas na cor verde enquanto as laterais na cor azul.

As bandeiras das portas localizadas no primeiro pavimento estão sem vidros. Os gradis das janelas e sacadas encontram-se oxidados. As molduras em lioz apresentam sujidades e enxertos com material inadequado.

A pintura está em péssimo estado de conservação, apresentando vesículas, reboco aparente e manchas de umidade em vários trechos. Há também o desenvolvimento de eflorescências e fungos em partes da cimalha.

Nota-se umidade ascendente e vegetação de pequeno porte em sua base.

As hastes para suporte de bandeiras estão com pintura oxidada.

O brasão que encima a porta principal apresenta sua forma conservada com inscrição legível, porém já se pode notar o desgaste de sua pintura.

Por fim, as luminárias fixadas na parede do monumento, nas fachadas principal e lateral apresentam pintura oxidada e vidros quebrados.

5.5.3 Fonte das Pedras (152 – 153)

Localização: Rua Pequena.

Utilização atual: Ponto turístico e abastecimento de água da população da redondeza.

Dados tipológicos:

Construída por negros, possui espessas paredes de pedras revestidas com argamassa em base de cal. *Em forma arredondada e murada, tem sua parte central um frontão triangular, encimado por uma pedra cabeça-de-negro.*

Ao centro do frontão, encontra-se placa com a inscrição “1714”, data de sua fundação.

Na parte inferior possui abertura retangular e sob ela, apenas uma bica central jorra a água diretamente sobre o calçamento e é conduzida através de canaletas revestidas por pedras. Do outro lado, possui placa informativa com a inscrição: “FONTE DAS PEDRAS SÉCULO XVIII – ALCÂNTARA ERIGIDA MONUMENTO NACIONAL EM 1948, PELO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN”.

Encontra-se em uma rua sem maior importância, com entorno bem arborizado e calçamento em pedra.



Figura 20: Fonte das Pedras - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão - 1979

Dados cronológicos:

Construída no século XVIII pelos escravos a mando dos franceses, tinha como objetivo o abastecimento de água das redondezas. Conta-se, que a pedra negra que encima o

topo da fonte foi ali colocada para simbolizar, de forma irônica, a cabeça dos negros, povo que da fonte dependia.

Apesar da evolução do sistema de abastecimento de água, que hoje é feito pela Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), ainda hoje alguns moradores da redondeza utilizam a água da fonte.



Figura 21: Fonte das Pedras - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Linha do tempo e intervenções realizadas:

2004. Realizadas obras de recuperação da fonte.

Estado de conservação:

A fonte apresenta-se em estado regular de conservação, com fissura na parte superior da lateral direita. A atual pintura foi mal executada, deixando trechos sem tinta e encobrindo as placas indicativas que, por conta disso, encontram-se praticamente ilegíveis.

Na base da fonte e na bica há presença de umidade, fungos e vegetação de pequeno porte em locais indevidos. O interior do vão central apresenta pintura mal conservada, reboco aparente e vegetação de pequeno porte em local indevido.

5.5.4 Passo da Quaresma – Rua da Amargura (164 – 165)

Localização: Rua da Amargura.

Utilização atual: Sem uso.

Dados tipológicos:

Pequena capela com fachada marcada por apenas uma esquadria com folhas e bandeira almofadadas e cornija em arco pleno encimado por três coruchéus geometrizados, um ao centro e um em cada uma das extremidades da fachada frontal. Possui telhado composto por duas vertentes e terminado em bica simples.



Figura 22: Passo da quaresma da Rua da Amargura - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados cronológicos:

A construção dos passos da quaresma – cinco no total – na cidade de Alcântara aconteceu por iniciativa dos padres jesuítas que, no século XVI, por ocasião da comemoração da páscoa, construíram-nos para que cada um representasse a casa de um juiz do tempo de Pilatos.

O passo localizado na Rua da Amargura era o quinto do percurso. As procissões aconteciam semanalmente e tinham início na quarta-feira de cinzas, com a quaresma. *Saía da Capela do Desterro pela Rua Pequena, passava pela Rua de Baixo, seguia pela Rua Direita, entrava na Rua do Ceredo, que dá acesso à Rua da Amargura, onde encontrava o primeiro passo.*

Seguia o segundo e entrava pelo Beco da Boa Vista, saindo na Rua Grande, passando pela Praça da Matriz, onde está situada a igreja do padroeiro de Alcântara: São Matias.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

2004. Realizada a recuperação dos cinco passos.



Figura 23: Passo da Quaresma da Rua da Amargura - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Estado de conservação:

O passo da Rua da Amargura encontra-se em estado regular de conservação, visto que na altura do coruchéu da lateral direita, existem trincas e rachaduras ameaçando a queda do elemento.

A pintura da edificação apresenta manchas de umidade e eflorescências em todas as suas fachadas.

5.6 Monumentos históricos de Rosário

Nascida à margem esquerda da foz do rio Itapecuru, é a quarta cidade mais antiga do Maranhão. O início de seu povoamento remete ao séc. XVII, quando se buscava explorar e colonizar o litoral Maranhense através das chamadas “missões volantes”. As terras férteis à margem do rio eram alvo de disputa entre colonizadores e habitantes nativos, os quais eram expulsos ou escravizados.

Em 1620, foi edificado na Povoação de Nossa Senhora do Rosário, por Bento Maciel, o Forte de Vera Cruz, instalado em ponto estratégico, visto que se encontrava à margem de uma das principais vias fluviais do período colonial. Assim, a cidade torna-se sede de importantes combates, sendo inclusive, cenário para a batalha que motivou a expulsão dos holandeses de terras Maranhenses.

Em 1833, Rosário foi elevada à categoria de vila e em 1914, tornou-se município, passando por uma grande fase de desenvolvimento ocasionado pela construção da estrada de ferro São Luis – Teresina que facilitou o escoamento da produção da cidade.

Suas belezas e riquezas naturais renderam-lhe o título de “Jardim do Maranhão” e desta terra, saíram filhos ilustres como Benedito Leite, notável magistrado, político e jornalista que governou o Maranhão de 1906 a 1908 e Ivar Saldanha, que foi prefeito de São Luis por três vezes e governador do Estado.

Hoje, passagem principal para os “Lençóis Maranhenses”, destaca-se pelo seu artesanato feito de barro e fibras e, apesar de seu grande potencial turístico, este quase não é explorado, deixando importantes peças históricas como o Forte do Calvário em completo abandono.

5.6.1 Forte do Itapecuru (186 – 187)

Localização: Margem esquerda do Rio Itapecuru.

Utilização atual: Sem uso.



Figura 24: Forte do Itapecuru – 1979
Fontes: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Dados tipológicos:

Situado à margem direita do Rio Itapecuru, encontra-se em local estratégico para desempenhar função defensiva de ataques externos e impedir incursões através do rio.

Construído em cal e pedra, pouco se encontra da antiga fortificação. Consegue-se perceber vestígios do muro de proteção, uma edificação de forma retangular sem cobertura e pavimento único, restando apenas indícios de cimalha. Seus vãos, em arco abatido.

Vegetação de pequeno e grande portes impedem um conhecimento maior acerca do que precariamente ainda existe.

Dados cronológicos:

Segundo César Marques, este forte denominado primeiramente de “Vera Cruz”, foi edificado em 1620 por Bento Maciel, que ficou no comando do forte até meados de 1621, quando D. Luís de Sousa, satisfeito de sua conduta na expedição Tupinambás, o promoveu do forte do Itapecuru ao governo da Capitania Grão-Pará.

Por volta de 1640, já estando o Maranhão ocupado pelos holandeses sob o comando do General da Armada, João Cornellesoon, o forte achava-se, à chegada dos invasores, em grande estado de ruínas e desguarnecido.

Em 1642 este forte passou a ter um papel de destaque na história do Maranhão. Cornellesoon deixou o forte grandemente guarnecido e retirou-se para Pernambuco, porém, ainda assim não conseguiu evitar o ataque holandês. Tal era o desespero da população maranhense para evitar o ataque, que chegavam a casar suas filhas com o inimigo. Porém, o esforço foi em vão e o forte, tomado.

O fato se deu da seguinte maneira: na noite de 30 de setembro de 1642, Antônio Muniz Barreiros surpreendeu os engenhos guarnecidos pelos holandeses e a maior parte foram trucidados. Animado com o sucedido, Muniz Barreiros se dirige ao Forte do Calvário, onde se achavam os holandeses fortificados. A pouca distância aprisionou um holandês que conduziu até bem perto do forte, permanecendo junto a um penedo que denominaram de Paciência, por ter sido esse local escolhido para tomarem a resolução necessária diante da superioridade numérica dos holandeses. Dessa maneira, atacaram o local onde os inimigos estavam despercebidos.

Tomaram o forte e a maioria dos inimigos, só escapando alguns protegidos por um sacerdote que os acompanhava. Dentre esses, estava o comandante do forte, Maximiliano Schad. Guarnecendo o forte, Muniz Barreiros passou à Ilha do Maranhão, derrotando os holandeses na célebre batalha do Outeiro da Cruz.

Antônio Muniz Barreiros muito lutou contra os usurpadores, morrendo, porém, antes do término da luta, sendo substituído por Antônio Teixeira de Melo. Assim que tomou conhecimento que o forte se encontrava deserto, voltou a ele com suas tropas no mês de outubro.

Outro episódio político interessante nesse forte, foi a prisão do bacharel Antônio Figueira Durão, ouvidor-geral e provedor-mor dos defuntos e ausentes, a mando de Manoel

Pita da Veiga, que governava a Capitania interinamente e era provedor-mor da Fazenda Real. Com a chegada do governador e capitão-general efetivo, Luís Magalhães, Pita da Veiga foi recolhido ao forte onde estivera Durão.

Todos estes acontecimentos levaram o forte de Itapecuru a ser, de início, batizado de Vera Cruz, depois Forte do Calvário e por último, Forte da Guarita, este ligado aos heroicos acontecimentos que culminaram na expulsão dos holandeses no começo do ano de 1644.



Figura 25: Forte do Itapecuru - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Atualmente, o forte é praticamente esquecido pela cidade e poder público; ao pedir informações, poucos são os que sabem sua localização. Apesar do difícil acesso e ausência de sinalização, recompensa aos visitantes que se aventuram para ele conhecer com a bela vista das ruínas e do Rio Itapecuru.

Sem tratamento ou valorização, o forte permanece à margem da passagem de pescadores da cidade, que apesar de por ele passarem todos os dias, pouco sabem da riqueza histórica por trás das belas ruínas.

Intervenções realizadas e linha do tempo:

1620. Construção do Forte de Vera Cruz, por Bento Maciel Parente.

1626. Francisco Coelho de Carvalho realiza a primeira reedificação do já Forte do Calvário

1640. *Estando em ruínas, é restaurado e guarnecido.*

1641. Reedificado, ampliado e guarnecido pelo Almirante holandês João Cornellesoon.

1682. Construção de uma casa forte denominada de Santo Cristo da Serra de Sermide, às custas de João de Sousa Soleima e sua esposa Isabel da Costa.

1840. Reconstrução total do Forte, sob a direção do Primeiro-Tenente de Engenheiros João Vieira da Silva.

1870. Encontrava-se descrito desta maneira nos livros da Tesouraria entre os bens da União: “Forte de Vera Cruz de pedra e cal, situado na margem esquerda do Itapecuru, distrito da vila do Rosário, tem 80 braças de frente, norte a sul, além dos vãos compreendidos em duas praças de armas, e 23 de fundo, leste a oeste, cuja muralha tem sete palmos de grossura e o parapeito, três. Uma das praças de armas tem 80 palmos de circunferência cada um, e o outro 80 palmos compridos sobre 58 de largo entre outros dois baluartes semicirculares de 44 palmos de circunferência cada um, com 2 armazéns de 33 palmos de comprimento sobre 21 de largo cada um entre as dita praças de armas, com uma casa de 78 palmos de comprimento sobre 32 de largo por trás da segunda praça de armas, dividida em três quartos, dos quais um serve de capela, outro de prisão, e outro com mirante para aquartelamento com outra pequena praça de 22 palmos”.

1939. Grande parte do Forte foi destruída para retirada das pedras a serem vendidas na cidade de Rosário.

2009. Realizado levantamento topográfico, geofísico e físico arquitetônico da fortificação. Ainda neste ano entrou-se com o pedido de tombamento do forte, o mesmo foi anexado.

Estado de conservação:

As ruínas encontram-se em processo acelerado de degradação, quase que completamente encobertas pela vegetação que desagrega os maciços de alvenaria de pedras e cal e sem o devido tratamento, tende ao desaparecimento.

5.6.2 Igreja Nossa Senhora do Rosário (184 -185)

Localização: Rua Trizidela, Praça da Matriz.

Utilização atual: Igreja católica.

Dados tipológicos:

Fachada principal simétrica, revestida de azulejos industrializados de cor branca e com detalhes destacados com pintura na cor azul. Pilastras repetidas, simples, entre as quais duas séries de vãos, que no térreo são em arco abatido, recebem molduras em cantaria trabalhada e portas almofadadas, cravadas, enquanto as superiores, portas-janelas, são em arco pleno com balcão entalado gradeado de ferro, com folhas e bandeira em madeira e vidro. Acima do entablamento, frontão triangular clássico centrado por círculo e encimado por cruz. Nas laterais, peanhas com cruz, todas em ferro.

Fachadas laterais terminadas em cimalha e beiral, revestidas em pedra, *apresentam no térreo vãos em arco abatido e óculos; as superiores recebem o mesmo tratamento*

dispensado à fachada principal; ainda nesse nível, presença de círculos centrados por cruz com elementos vazados.

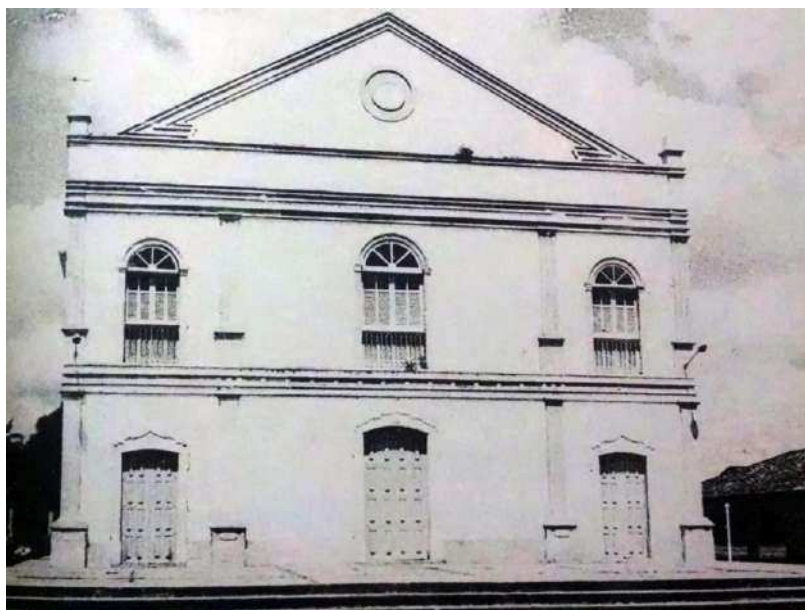


Figura 26: Igreja Nossa Senhora do Rosário - 1979
Fonte: Livro Monumentos Históricos do Maranhão (1979)

Fachada posterior também revestida com pedras, em forma de oitão, centrada pela torre sineira (pintada na cor branca), única, de seção quadrangular, formando um terceiro plano em relação ao resto da fachada, que contém vestígios de vãos em arco pleno centrados por cruz em elementos vazados. No topo da torre, vãos de menores dimensões, em três faces, onde estão localizados os sinos, é terminada por coruchéus (nos cantos) e cúpula de cobertura.

Dados cronológicos:

Não se sabe exatamente a data de construção da Igreja, existem relatos que indicam que foi edificada na mesma época do Forte do Calvário, em 1620, porém, *acredita-se que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Rosário, tenha sua origem no séc. XVIII, quando estavam aqui os pretinhos irmãos da Virgem Nossa Senhora do Rosário, unidos para fundar uma ermida dedicada a essa santa e que não tinham, entretanto, sítio onde a fundassem.*

O convento do Carmo, tendo vários chãos no local onde chamavam Carmo Velho, doou ali, uma área aos negrinhos, suficiente para erguerem a ermida. A escritura foi lavrada no próprio Convento, na presença do responsável pelo mesmo, conventuais, testemunhas e o rei da confraria dos negrinhos, o preto Luís João da Fonseca que aceitou com os demais irmãos a doação.

Talvez por não cumprirem o ditam da doação, verifica-se, em 1733, o treslado de tudo isso para o Convento do Carmo e só no século XIX é que se conta a saída da primeira procissão dessa igreja, organizada por uma irmandade fundada por Bernadino Sena.

Ainda na primeira metade desse século, o professor régio fundou, num dos corredores dessa igreja, a primeira unidade escolar da vila. Mais tarde, essa igreja veio sofrer grandes reformas, com D. Luís da Conceição Saraiva.

Em 26 de março de 1866, amanheceu desmoronada, devido a torrencial chuva que se processara pela madrugada. Nessas condições, todos os religiosos passaram a fazer suas orações e as demais coisas relacionadas a fé, em um corredor ao lado esquerdo da igreja desabada.

Assim do seu desmoronamento, as autoridades civis, religiosas e militares mobilizaram-se para arrecadar fundos para sua reconstrução, assim, dois anos depois, em 1868, lançou-se a pedra fundamental da nova igreja, que *foi planejada pelo engenheiro Francisco Gomes de Sousa, tendo 76 palmos de frente com 15 de fundo, abrangendo o corpo, a sacristia e o consistório.*



Figura 27: Igreja Nossa Senhora do Rosário - 2015
Fonte: Arquivo pessoal

Em fevereiro de 1871, foi anunciado oficialmente ao então presidente da província, Dr. Augusto Gomes de Castro, a conclusão das obras da igreja; sendo benta em maio do mesmo ano.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é a principal da cidade e a única do Brasil que possui torre sineira na parte de trás, só existindo outra igual na Itália. Atualmente encontra-se em pleno funcionamento, sendo sede de grandes festejos da cidade.

Linha do tempo e intervenções realizadas:

1866. Desmoronou por conta das fortes chuvas.

1868. Lançada a pedra fundamental da nova igreja.

1871. Conclusão das obras da nova igreja.

Estado de conservação:

A igreja encontra-se em bom estado de conservação. Na fachada principal nota-se a presença de pichação nas molduras em lioz e sujidades nas esquadrias e revestimentos. Nas demais fachadas, há umidade ascendente, manchas de umidade e vegetação de pequeno porte na parte mais alta da torre e demais fachadas sem a proteção do beiral.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Neste trabalho buscou-se por meio da exposição de conteúdo referente à evolução dos conceitos e discussões acerca da questão patrimonial e complementação da parte histórica de uma fração dos monumentos existentes no Maranhão, evidenciar a importância da conservação do patrimônio para a população e perpetuação da memória.

Constatou-se que há constante evolução e modificação no que diz respeito às questões patrimoniais e preservacionistas, mudanças estas que ocorrem à medida que a sociedade passa a entender a importância de se entender e conservar o passado, para entender o presente e guiar as diretrizes futuras. Sendo a última grande modificação, realizada em 1988 por ocasião da constituição, uma das mais importantes, pois passa a englobar não só bens materiais, mas também os imateriais, os quais são de extrema relevância, visto que os bens materiais são reflexos da sociedade no contexto em que se inserem.

Compreende-se que a realidade do conjunto urbano do centro histórico da cidade de São Luis é reflexo de seu tão recente entendimento da importância histórica deste para a memória de sua população e como potencial econômico para a cidade, o que começa a desenvolver-se há apenas 36 anos, pouco tempo quando comparado às cidades europeias que, com sua experiência, conseguem estabilizar e valorizar seus bens.

Outro fator relevante refere-se a educação patrimonial, visto que, apesar das constantes reformas e manutenções realizadas nos imóveis, praças e demais bens públicos realizados no centro histórico da cidade, muitos deles voltam a ruir por ocasião da degradação promovida por marginais e transeuntes. Evidencia-se assim a carência de educação patrimonial, da valorização, conhecimento e divulgação da nossa própria história faz com que não haja relação direta de pertencimento morador/patrimônio.

A tarefa de identificar e sistematizar as informações relacionadas à história do Maranhão nunca é simples, não há literatura disponível e a burocracia para o acesso aos arquivos de órgãos públicos, muitas vezes impedem a excelência do resultado. Fato este que leva a parabenizar os aventureiros da literatura histórica maranhense dentre eles: César Marques, com seu “Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão” (1970) e ao grupo de escritores do livro “Monumentos Históricas do Maranhão” (1979), ora atualizado, pioneiros na documentação de nossa história, em uma época onde o advento da internet que hoje disponibiliza jornais, mapas e fotografias do mundo todo ainda não existia e, ousar dizer, se não o tivessem feito através de esforço e empenho, possivelmente não haveria literatura sobre

este assunto visto que, a grande maioria das publicações posteriores à data de publicação destes, os tem como referência.

Constatou-se com a análise realizada por meio da comparação do contexto histórico e forma de organização e exposição de dados dos livros “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) e “São Luis: Ilha do maranhão e Alcântara – guia de paisagem e arquitetura” (2008) que, o primeiro, refletia o pensamento preservacionista da época, baseado na conservação do monumento isolado. Ao passo que o Guia de São Luis incorpora nova lógica da preservação, estendendo ao sítio a preocupação com a conservação do bem e a preservação da memória.

Com a atualização, revisão e complemento do livro “Monumentos Históricos do Maranhão” (1979) buscou-se apresentar ao leitor a história e situação em que se encontram uma parte dos monumentos das cidades de São Luis, Alcântara e Rosário, certa de que, os dados apresentados não encerram a pesquisa, visto que sempre existem documentos à que não se tem acesso.

No que diz respeito a informações disponíveis, percebe-se a grande resistência dos órgãos públicos em ceder informações sobre o acervo patrimonial e intervenções neles realizado. Outro grande problema enfrentando por todos aqueles que buscam informar-se sobre os imóveis históricos é a falta de integração dos setores internos das instituições, que, ao setorizarem as informações (cartografia, fotografias, arquivos, arquivos digitais e processos) acabam por complicar ainda mais o processo. Deixa-se aqui a sugestão de digitalização dos dados e organização dos mesmos não por tipologia, mas por imóvel, otimizando o processo da busca por informações.

Ainda a respeito dos dados disponíveis, verifica-se a carência de mapas de boa qualidade, com logradouros completos – compostos de nome da rua, numeração da quadra e número de imóvel – e de fácil compreensão. No caso do centro histórico de São Luis, não há sistematização de endereços, muitos imóveis não apresentam número de quadra e número de imóvel, ou pior, apresentam dois números distintos, dificultando ainda mais a identificação. O mesmo ocorre com Alcântara, que no mapa disponibilizado, não apresenta nenhuma numeração de imóvel ou quadra. O caso de Rosário é ainda mais grave, já que não existe mapa de toda a cidade em mídia digital. Com isso tem-se um dos motivos da falta de controle do poder público sobre o traçado das cidades, pois por não terem o conhecimento de sua atual situação ficam impossibilitados de traçar planos e diretrizes satisfatórios para as mesmas.

Durante a pesquisa de campo constatou-se grande potencial turístico não aproveitado em sua totalidade. Acessos de péssima qualidade, ausência de sinalização, insegurança e carência de infraestrutura são características presentes, que levam o turista a limitar-se a apenas pequenos trechos das cidades comuns à visita, deixando de lado uma importante parte dos monumentos.

Quanto à situação dos monumentos estudados, nota-se melhora no estado de conservação em relação a 1979, incluindo a requalificação de imóveis antes em ruínas. Contudo, ainda da evolução da preocupação para com o patrimônio histórico, alguns exemplares vieram a ruir ou estão em pior estado de conservação.

O que concerne ao centro histórico de São Luis nota-se a tendência, principalmente em obras mais recentes, da utilização de prédios históricos reformados como órgãos públicos, o que apresenta efetividade no que diz respeito à recuperação da estrutura física do imóvel, mas é falha ao não destina-los a usos em que a população possa interagir e apropriar-se. Outro aspecto a ser levado em consideração é o horário de funcionamento destas instituições, que por ser praticamente o mesmo, acaba por limitar o “horário de funcionamento” do centro histórico, o que se consegue resolver facilmente com a variedade de usos, tal como cita Jane Jacobs (2000): “as cidades têm como característica uma diversidade de usos complexa e densa. O planejamento deve catalisar e nutrir estas relações funcionais, ou relações de usos”.

Por fim, cita-se o aspecto mais importante de toda a pesquisa: as pessoas. Elas, responsáveis por criar, documentar e passar seu conhecimento às novas gerações, pouco conhecem a sua história. Muitas das vezes, ainda que estivesse de posse da história e localização de um monumento, questionava aos moradores do entorno onde ficava e se sabia-se de algum fato que marcasse o prédio e a resposta era sempre negativa ou, no máximo, sabia-se indicar a localização. Como ocorrido em Alcântara, quando questionei a uma adolescente que morava em frente ao Passo da Quaresma se aquela construção tinha alguma importância para a cidade e ela, rapidamente, negou.

A carência da divulgação de nossa história, principalmente para os mais jovens, coloca em risco o nosso passado e dificulta a preservação do presente. Propõe-se, a partir desta reflexão, a implementação de projetos que contemplem a educação patrimonial nas redes públicas e privadas da cidade de São Luis, principalmente ao que concerne às primeiras séries, para que os novos cidadãos possam crescer já com a visão da importância do patrimônio para perpetuação da memória.

Assim, certa de que o estreitamento da relação cidadão x patrimônio e a apropriação da população são as melhores soluções para a preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, espera-se que este trabalho chegue às mãos do maior número possível de pessoas e facilite a pesquisa, de pelo menos esta pequena parte do acervo, daqueles que se interessam em buscar informações, mas desanimam perante as dificuldades.

REFERÊNCIAS

Livros

ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Tradução de Sérgio Milliet. Brasília: Edição do Senado Federal, 2008, p. 204.

ANDRÈS, Luis Phelipe de Carvalho Castro. **São Luis – Reabilitação do Centro Histórico – Patrimônio da Humanidade**. Foto: Edgar Rocha. São Luis, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto Rondon. **Monumentos históricos do Maranhão**. São Luís, SIOGE. 1979. 324 p., ilustr., 30cm.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Ed. Traduzida. 306pg. Gráfica de Coimbra: 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção São Paulo. Editora: Martins Fontes, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario historico-geographico da província do Maranhão**. Maranhão: Typ. do Frias, 1870. 558p.

MEIRELES, Mario M. **História da arquidiocese de São Luís do Maranhão**. São Luís: UFMA / SIOGE, 1977.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luis do Maranhão**. 2ª ed. – São Luis: Legenda, 1995. p. 57.
PACHECO, Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. Departamento de cultura do Maranhão, 1969.

São Luis Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilingue. Sevilla:Consejeria de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448pg.: il. Fot. Col.y n.; 26cm + Plano guia de arquitectura.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da Silva. **Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão**. Prefeitura de São Luis. 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do Comércio do Maranhão (1612 – 1895)**. São Luis, Associação Comercial do Maranhão, 1954.

Sites

Alcântara - Monumentos restaurados são entregues hoje. Jornal Imirante. Disponível em: < <http://imirante.com/maranhao/noticias/2010/04/17/monumentos-restaurados-sao-entregues-hoje.shtml>>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Alcântara, alma e história. Revista Plural. Nº 16. Disponível em: < <http://www.geiaplural.org.br/pdf/plural16.pdf>>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico (Alcântara, MA). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1237>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico (Alcântara, MA). Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1237>. Acesso em: 08 de out. de 2015.

Alcântara, MA: conjunto arquitetônico e urbanístico (Alcântara, MA). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1237>. Acesso em: 09 de out. de 2015.

ARAÚJO, Jarsan. **História do Vinhais Velho em sete passos.** Disponível em: < <http://jersanaraujo.blogspot.com.br/2012/10/historia-do-vinhais-velho-em-sete-passos.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Beco da Pacotilha une até hoje as cidades alta e baixa de São Luís. Jornal “O Estado”. São Luis, 31 de maio de 2015. Disponível em: < <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/05/31/beco-da-pacotilha-une-ate-hoje-as-cidades-alta-e-baixa-de-sao-luis.shtml>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Carta de Atenas. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 25 de set. de 2015.

Cadernos do Patrimônio. Disponível em: < <http://cadernosdopatrimonio.org/tag/sao-luis/>> Acesso em: 28 de set. de 2015.

CARRAMILO, Clarissa. **No MA, casa onde morou Aluísio Azevedo pode virar estacionamento.** Disponível em: < <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/03/no-ma-casa-onde-morou-aluisio-azevedo-pode-virar-estacionamento.html>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Cidades Históricas Brasileiras. Disponível em: < http://www.cidadeshistoricas.art.br/cidadeshistoricas/alcantara/al_mon_p.php>. Acesso em 28 de set. de 2015.

Convento das Mercês. Governo do Maranhão. Fundação da Memória Republicana. Disponível em: < <http://www.fmrbr.ma.gov.br/convento-das-merces/>>. Acesso em: 03 de nov. de 2015.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos.** *Resenhas Online*, São Paulo, ano 05, n. 054.02, Vitruvius, jun. 2006 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.054/3138>>. Acesso em: 22 de set. de 2015.

FILHO, José Maria Pedrosa L. Filho. **389 anos de História de Rosário - MA.** Disponível em: <<http://www.rosarionoticias.net/2009/11/mais-sobre-historia-de-rosario-ma-forte.html>>. Acesso em: 05 de nov. de 2015.

Fonte da Mirititua: Alcântara, MA. Disponível em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=428646>>. Acesso em: 08 de out. de 2015.

Forte de Santo Antonio. Disponível em: < <http://passeiourbano.com/2013/10/29/forte-de-santo-antonio/>>. Acesso em: 09 de out. de 2015.

Forte Santo Antônio deve ser reformado pelo Governo do Estado. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/11/forte-santo-antonio-deve-ser-reformado-pelo-governo-do-estado.html>>. Acesso em: 09 de out. de 2015.

Forte Santo Antônio vai ter estrutura restaurada. Jornal “O Estado”. São Luis, 30 de out. de 2015. Disponível em: < <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2013/10/30/forte-santo-antonio-vai-ter-estrutura-restaurada.shtml>>. Acesso em: 05 de nov. de 2015.

Fortificações no Maranhão, Pará, Roraima e Mato Grosso do Sul são Patrimônios Culturais Brasileiros. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/195/>>. Acesso em: 05 de nov. de 2015.

Governo anuncia reforma da igreja do Vinhais Velho. Disponível em: < <http://www.ma.gov.br/governo-anuncia-reforma-da-igreja-do-vinhais-velho/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Governo e IPHAN assinam termo de compromisso. Disponível em:< <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2013/01/09/governo-e-iphan-assinam-termo-de-compromisso.shtml>>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Histórico do Forte Santo Antonio. Disponível em: < <http://gbmarma.blogspot.com.br/2010/10/historico-do-forte-santo-antonio.html>>. Acesso em: 09 de out. de 2015.

Igreja do Bacanga e Sobrado dos Belfort são restaurados em São Luis/MA. Disponível em: < <http://cadernosdopatrimonio.org/tag/igreja-de-sao-joaquim-do-bacanga/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Igreja do Bacanga e Sobrado dos Belfort são restaurados em São Luis/MA. Disponível em: <<http://cadernosdopatrimonio.org/tag/sao-luis/>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Igreja tombada no Maranhão é restaurada. Disponível em: < <http://www.balaiodefatos.com/2015/03/igreja-tombada-no-maranhao-e-restaurada.html>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

Igreja tombada no Maranhão é restaurada. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3x1R9iTn/content/igreja-tombada-no-maranhao-e-restaurada/10883>. Acesso em 02 de nov. de 2015.

Inquérito sobre demolição da casa de Aluísio Azevedo será entregue ao MP. Disponível em: < http://www.noticiasesociedade.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=323:inquerito-sobre-demolicao-da-casa-de-aluisio-azevedo-sera-entregue-ao-mp&catid=8:maranhao-e-esporte&Itemid=91>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Interior da casa onde Aluísio Azevedo morou em São Luís está destruído. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/03/interior-da-casa-onde-aluisio-azevedo-morou-em-sao-luis-esta-destruido.html>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Investimento para recuperação de casarões. Jornal “O Imparcial”. Disponível em: < http://www.oimparcial.com.br/_conteudo/2009/08/ultimas_noticias/brasil_e_mundo/20478.html>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Justiça invalidou a legislação estadual que regulamentou o registro da propriedade e decidiu que o imóvel fosse reincorporado ao patrimônio público do estado. Ministério Público Federal. Disponível em:< <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/mpf-ma-anulada-doacao-do-convento-das-merces-a-fundacao-jose-sarney>>. Acesso em: 03 de nov. de 2015.

LIMA, Euges. **Casa onde Aluísio Azevedo morou e escreveu "O Mulato" poderá virar estacionamento.** Disponível em:< <http://ihgm1.blogspot.com.br/2014/03/casa-onde-aluisio-azevedo-morou-e.html>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

MEIRELES, Julio. **Vinhais Velho - Achados Arqueológicos.** Disponível em: < <http://cev.org.br/comunidade/historia/debate/vinhais-velho-achados-arqueologicos/>>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Monumentos da cidade – Solar dos Vasconcelos. Disponível em: <<http://www.patrimonioslz.com.br/pagina361.htm>>. Acesso em: 29 de set. de 2015.

Monumentos de Alcântara restaurados. Jornal Imirante – caderno Alternativo. Disponível em:< <http://imirante.com/oestadoma/online/17042010/pdf/a01.pdf>>. Acesso em : 28 de set. de 2015.

Moradores reclamam dos impactos de obras do governo. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/ma/noticia.php?id_noticia=166607&id_secao=73>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Museu da corrupção: Escândalo da Fundação José Sarney. Disponível em: < http://www.muco.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=704:escandalo-

da-fundacao-jose-sarney&catid=34:sala-dos-escandalos&Itemid=53>. Acesso em: 03 de nov. de 2015.

No MA, mirante da casa onde Aluísio Azevedo morou pode desabar. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/07/no-ma-mirante-da-casa-onde-aluisio-azevedo-morou-pode-desabar.html>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Paisagem Cultural. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>>. Acesso em: 06 de fev. de 2016.

Prédios abandonados. Disponível em: < <http://www.sindiconet.com.br/8089/Informe/Administracao/Predios-abandonados>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Prefeitura, Governo e Iphan alinham ações conjuntas para o Centro Histórico. Disponível em: < <http://diegoemir.com/index.php/2015/02/prefeitura-governo-e-iphan-alinham-acoes-conjuntas-para-o-centro-historico/>>. Acesso em 28 de set de 2015.

Rosário, 393 anos de história e tradição. Prefeitura de Rosário. Disponível em: <<http://rosario.ma.gov.br/cidade/historia/>>. Acesso em: 04 de nov. de 2015.

São Luís (MA). Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/291>>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Sobrado dos Belfort ganha nova fachada de azulejos. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/sobrado-dos-belfort-ganha-nova-fachada-de-azulejos/10883>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

SOBRINHO, Pedro. **Casa do escritor Aluísio Azevedo pode virar estacionamento de carro.** Disponível em:< <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2014/03/13/casa-do-escritor-aluisio-azevedo-pode-virar-estacionamento-de-carro.shtml>>. Acesso em: 23 de out. de 2015.

Via Expressa não atingirá igreja do Vinhais Velho, diz governo. Disponível em: < <http://elo.com.br/portal/noticias/ver/226978/via-expressa-nao-atingira-igreja-do-vinhais-velho-diz-governo-.html>>. Acesso em: 02 de nov. de 2015.

Evento científico

CARDOZO, Eliel Silva; NEVES, Fernanda Fonseca. **Políticas Culturais de Informação: o papel das organizações UNESCO, IFLA e IPHAN - MA na constituição do patrimônio documental em “São Luís do Maranhão”.** In: XVII – Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação – EREBD Abordagens Contemporâneas na Sociedade da Informação: Tecnologia Sociedade e Cultura Universidade Federal do Ceará Fortaleza – 02 a 08 de Fevereiro de 2014.

Normas

BAIMA, Glória Maria Nina. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. São Luís: Eduema, 2014.

Artigos e Publicações

BUENO, Barbara Izadora. **Arquitetura Militar no Maranhão por meio de suas fortificações**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. São Luís, 2012.

CIAM. **Carta de Atenas**, Atenas: 1933.

DIAS, Elaine. **Os Escritos De Quatremère De Quincy, Percier E Fontaine Nos Discursos De Félix-Émile Taunay**. IV Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP – 2008

DURHAM, Eunice Ribeiro. Texto II. In. ARANTES, Antônio Augusto. **Produzindo o passado: estratégia de construção do patrimônio cultural**. Brasiliense, São Paulo, 1984,

GHIRARDELLO, Nilson. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. ICOMOS. Carta de Burra. Burra Austrália: 1980.

ICOMOS. **Carta de Washington**. Washington: 1986. ICOMOS. Declaração do México. México: 1985.

MARQUES, Márcia Tereza Campos. **Resgate histórico da Igreja de São João Batista e Igreja de Santo Antonio em São Luís do Maranhão**. Pesquisa científica – FAPEMA. São Luís, 2015.

MARQUES, Márcia Tereza Campos. **Resgate histórico dos Fortes São Sebastião de Alcântara em Alcântara e São Marcos em São Luís – MA**. Pesquisa científica – FAPEMA. São Luís, 2011.

VIANA, Aída Maria de Melo. **“Patrimônio Histórico” Um passeio virtual em São Luís – MA. 1º Etapa: Levantamento de Dados**. Trabalho de conclusão de curso apresentado à UEMA. São Luís, 2007.

Periódicos

Forte da Ponta d'Areia vira museu. Jornal “O Estado do Maranhão”. São Luís, 20 de maio de 1983.

Jornal “O Imparcial”. Caderno B, 7.4.74 (contribuições do Prof. Rubem Almeida), São Luís.

Licitação para revitalização da Rua Grande será reaberta hoje. “Jornal O Estado”. São Luis, 05 de março de 2015.

Retrato da história. Jornal “O imparcial”. São Luis, 16 de set. de 2014.

SERRA, Antônio. **Aprece o que há de melhor no Centro Histórico de São Luís.** Jornal “O Imparcial”. São Luis, 03 de set. de 2015.

VAZ, Leopoldo. **400 anos da Vila De Vinhais Velho e sua Igreja de São João Batista.** Jornal “O Estado”. São Luis, 11 de dez. de 2011.

Arquivos jurídicos

Parecer 028/84. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. São Luis, 1984.

Processo: 01494.000161/2000-60. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. São Luis, 2000.

Processo: 01494.0001116/2009-43. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. 2009.

Processo: 01494000109/2003-56. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM.

Processo: 01494000109/2003-56. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM.

Processo: 01494000175/2005-98. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM.

3º Coordenação Regional IPHAN. Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados. Volume 01. Módulo I – Litoral Ocidental Maranhense. Alcântara, MA. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM.

Processo 0 14 94. 000055/ 2003- 29. Programa Monumenta. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. 2003.

Processo: 01494.0000441/91-07. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. 2003.

Processo 01494.000167 / 99-04. Centro de Documentação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão – IPHAM. 1999.

APÊNDICE A - PLANO DE TRABALHO DE PESQUISA

ORIENTADOR(A): Profa. Dra. Marcia Tereza Campos Marques

ORIENTANDA: Barbara Izadora Bueno

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Monumentos Históricos do Maranhão: reflexão, atualização e análise crítica – 1979 a 2015.

1. OBJETIVOS DO TRABALHO DO BOLSISTA:

Objetivo geral

A pesquisa que ora estamos apresentando tem por objetivo complementar o projeto de monografia da orientanda em questão, que visa atualizar os dados documentais que constam no livro “Monumentos Históricos do Maranhão”, publicado em 1979, por meio de processos, livros e recortes de periódicos, complementando o resgate histórico destes no recorte histórico de 1979 a 2015.

Objetivos e específicos

Identificar e registrar os aspectos abaixo descritos, referentes aos monumentos estudados:

- ✓ Dados Jurídicos
- ✓ Dados cronológicos
- ✓ Intervenções realizadas no período de 1979 a 2015
- ✓ Dados técnicos

2. RESUMO DA METODOLOGIA DO TRABALHO DO BOLSISTA:

Em virtude da grande quantidade de monumentos a serem catalogados – 82 ao todo – esta pesquisa tem como foco principal proceder com um levantamento de campo no IPHAM (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Maranhão), de forma a complementar de modo substancial o conteúdo apresentado no livro “Monumentos Históricos do Maranhão”.

O levantamento de campo ocorrerá em um período de 5 dias, no turno matutino e contará com uma equipe de até 10 pesquisadores, que serão acompanhados diariamente pela orientanda já citada.

O período de pesquisa diária iniciará as 8:30hrs e finalizará as 12:00hrs, não sendo permitidas faltas sem apresentação de documento justificativo, ocasionando no não recebimento de certificado ao fim do período.

Cada pesquisador será responsável pelo levantamento de 2 imóveis por dia, totalizando 10 imóveis pesquisados por pessoa ao final da pesquisa.

Os dados coletados pelos pesquisadores deverão ser entregues digitalizados, constando a fonte onde os mesmos foram encontrados, bem como fotografia legível das páginas que contenham informações relevantes.

3. ORIENTAÇÃO

Durante o período de pesquisa, os participantes receberão orientações necessárias para a vida acadêmica e de pesquisador, tais como montagem de referência bibliográfica, métodos de pesquisa, organização dos dados recolhidos e formas de registro de arquivo.

Os mesmos contarão com a presença da orientanda em todo o processo de pesquisa.

4. CERTIFICAÇÃO

Com a conclusão da pesquisa, os participantes receberão um certificado de participação em projeto de pesquisa, com um total de 30 horas.